

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO: PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL COMO TEMA EM DEBATE.**

FILIPPE WINGETER RODRIGUES

FLORIANÓPOLIS - SC

2011/2

FILIPPE WINGETER RODRIGUES

**O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO: PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL COMO TEMA EM DEBATE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a Msc. Cristiane Selma
Claudino.

FLORIANÓPOLIS - SC

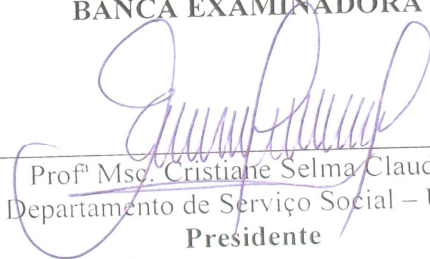
2011/2

FILIPPE WINGETER RODRIGUES

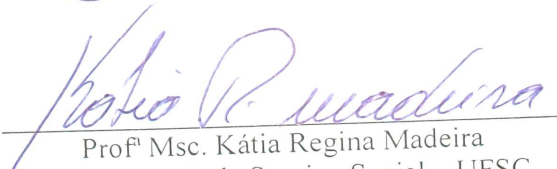
**O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO: PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL COMO TEMA EM DEBATE.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

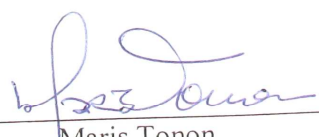
BANCA EXAMINADORA



Profª Msc. Cristiane Selma Claudino
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente



Profª Msc. Kátia Regina Madeira
Departamento de Serviço Social – UFSC
1ª Examinadora



Maris Tonon
Assistente Social do Fórum Distrital do Norte da Ilha de Florianópolis
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS - SC

2011/2

*Dedico este trabalho à minha esposa
Cirlei e à minha filha Isabel,
jóias preciosas do Senhor
para a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me deu todas as condições necessárias para essa etapa acadêmica da minha vida, desde o vestibular até o presente momento.

Agradeço à minha esposa Cirlei, minha grande incentivadora nos estudos, que me apoiou nos momentos de tribulação, de cansaço e instigou em mim, um interesse maior pelo saber, dando todo o apoio emocional e sentimental no decorrer desse processo. Agradeço-te por ter cuidado de cada detalhe dos afazeres da casa e da criação de nossa filha, permitindo que eu pudesse me concentrar nos momentos de correria e aperto. EU TE AMO POR SERES ESSA MULHER VIRTUOSA.

À minha filha Isabel, que apesar de sua tenra idade, e ainda não compreender essa dinâmica da vida, me recebe a cada dia com seus braços abertos, um sorriso estampado no rosto, um brilho nos olhos, cheia de carinho e amor, dando um sentido maior a vida, tornando-me um pai muito orgulhoso e realizado. Isabel, JE T'AIME!!!

Agradeço imensamente à professora e orientadora Cris, pela sua disposição em educar, pela forma como ensinou, possibilitando um aprendizado que vai além dos escritos e se configura na vivência do cotidiano, no relacionamento que aproxima professor e aluno. Te agradeço pelas orientações e por ter sido a minha supervisora de campo no período de estágio no EMAJ. Continue sempre assim, alegre, disposta e com o coração sempre aberto a compreender os nossos dilemas e dificuldades. Que Deus te abençoe, bem como a sua família.

Aos meus pais Nunes e Sara, que me deram o alicerce principal do meu viver: “A Pedra Angular”. À vocês, sou imensamente grato, e desejo o meu intenso afeto, amor, carinho e respeito.

Aos meus irmãos Jônatas e Daniel e minhas cunhadas Tábata e Rafaela, por todos os momentos que passamos juntos ao longo dessa jornada. Vocês são pessoas maravilhosas!!!

Ao meu irmãozinho Paulo, pela sua alegria e disposição em sempre querer brincar comigo.

Aos meus sogros Décio e Cecília e a todos os meus cunhados, que apesar da longa distância física, posso sentir o amor de vocês por mim.

Agradeço à Chris, minha “sogra” emprestada aqui em Floripa, que acolheu minha esposa como sendo sua filha e a mim como seu genro. És muito especial e sei que Deus tem algo maravilhoso preparado para você.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, em especial aqueles que tiveram um papel fundamental nesses últimos semestres, as professoras: Beatriz Paiva, Daiana Nardino, Dilceane e Kátia Madeira.

À banca examinadora em aceitar meu convite para participar desse processo de avaliação tão especial em minha vida.

A todos os colegas que fizeram parte dessa trajetória acadêmica, em especial, agradeço as minhas amigas Daniela Pereira e Débora Decker. Vocês fazem parte do meu viver e da minha formação acadêmica. Meu muito obrigado.

A todas as colegas de estágio no EMAJ, durante o decorrer desse ano. Foi muito bom a companhia e o aprendizado com cada uma de vocês.

Agradeço aos meus chefes, que me permitiram a saída durante o horário de trabalho, para cumprimento das horas obrigatórias de estágio. Agradeço de coração.

Aos grandes amigos, companheiros de carona e discussões filosóficas e sociológicas: Wand e Nani, obrigado pelo apoio.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente estiveram juntos nesse processo de construção de conhecimento.

*“O princípio da sabedoria é: adquiere a sabedoria; sim,
com tudo o que possuis, adquiere o entendimento.
Estime-a, e ela te exaltará; se a abraçares, ela te
honrará; dará à tua cabeça um diadema de
graça e uma coroa de glória te entregará.”
(Provérbios 4:7-9).*

RODRIGUES, Filipe Wingeter. **O Serviço Social no campo sóciojurídico:** produção de conhecimento da categoria profissional como tema em debate. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011, 111 f.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema o campo sóciojurídico, e como objeto a produção de conhecimento do Serviço Social em relação a esse espaço sócio-ocupacional. Tem por objetivo analisar a produção teórica da categoria profissional do Serviço Social nessa área, a partir dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, desde a década de 1990, até o corrente ano. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem quanti-qualitativa, que compreendeu a análise de vinte (20) artigos. O trabalho está organizado em duas seções, abordando-se na primeira seção: um breve resgate histórico da inserção do Serviço Social no âmbito jurídico, conceitua o termo sóciojurídico e delimita as suas áreas de atuação. Na segunda seção, é realizado um mapeamento das áreas onde mais se concentram a publicação dos artigos,; em seguida, categoriza-os a partir das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica da profissão; e por último, realiza-se uma categorização dos artigos por eixos temáticos, onde são destacadas as principais discussões que permeiam essa esfera. A pesquisa realizada demonstra que apesar da longa trajetória que o Serviço Social tem com esse campo, há pouca produção teórica. Observa-se ainda, que boa parte dos artigos analisados, foram escritos por profissionais que já atuaram ou que ainda mantém algum vínculo profissional com essa área de atuação. Dessa forma, aponta-se para a necessidade da produção científica do Serviço Social - como um desafio - na perspectiva investigativa da profissão enquanto campo de conhecimento.

Palavras-chave: sóciojurídico; serviço social; produção de conhecimento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Áreas de atuação do Ministério Público.....	23
Quadro 02 – Atribuição do Cargo de Assistente Social do Ministério Público de SC.....	25
Quadro 03 - Atribuição do Cargo de Assistente Social do Poder Judiciário de SC.....	28
Quadro 04 - Atribuição do Cargo de Assistente Social do Sistema Penitenciário de Santa Catarina.....	33
Quadro 05 – Descrição Sintética das Medidas Sócio-educativas.....	37
Quadro 06 – A Produção Teórica do Serviço Social no Campo Sóciojurídico.....	49
Quadro 07 – A Centralidade das Dimensões nos Artigos.....	54
Quadro 08 – Artigos Relativos ao Sistema Penitenciário.....	65
Quadro 09 - Artigos Relativos à Criança e ao Adolescente.....	70
Quadro 10 - Artigos Relativos à Violência e Gênero.....	78
Quadro 11 - Artigos Relativos ao Exercício Profissional do Serviço Social.....	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COFI	Comissão de Orientação e Fiscalização
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DEAP	Departamento de Administração Prisional
DEPEN/PR	Departamento Penitenciário do Estado do Paraná
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMAJ	Escritório Modelo de Assistência Jurídica
GT	Grupo de Trabalho
MP/SC	Ministério Público do Estado de Santa Catarina
OAB/SC	Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina
ONG	Organização Não Governamental
PJ/SC	Poder Judiciário de Santa Catarina
SESP/SC	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina
SJC/SC	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina
SMF	Serviço de Mediação Familiar
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
UFSC	Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina
VEPMA	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO.....	14
1.1. BREVE HISTÓRICO.....	14
1.2. CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO SÓCIOJURÍDICO.....	19
1.2.1. Ministério Público.....	22
1.2.2. Poder Judiciário.....	26
1.2.3. Sistema Penitenciário e Segurança Pública.....	30
1.2.4. Sistema de Aplicação de Medidas Sócio-educativas.....	34
1.2.5. Defensorias Públicas/Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas.....	39
2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO.....	48
2.1. PERCURSO METODOLÓGICO.....	48
2.2. CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS A PARTIR DAS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, ÉTICO-POLÍTICA E TÉCNICO-OPERATIVA.....	53
2.3. CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS POR EIXOS TEMÁTICOS.....	63
2.3.1. Sistema Penitenciário.....	65
2.3.2. Criança e Adolescente.....	69
2.3.3. Violência e Gênero.....	78
2.3.4. Exercício Profissional do Serviço Social.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE.....	98
ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, vive-se um momento aonde as questões relacionadas à justiça, vêm tendo um aumento expressivo, pois as pessoas que procuram as instituições jurídicas a fim de solucionarem seus conflitos, têm procurado cada vez mais o âmbito jurídico, ou ainda, representam o que Aguirre e Alencastro (2006), vão chamar de judicialização da questão social, aonde o enfrentamento à questão social, na perspectiva da efetivação dos direitos humanos, deixa de ser objeto de preocupação do Poder Executivo, transferindo-a ao Poder Judiciário. Contudo, as ações pertinentes à justiça, ao direito individual ou coletivo, têm demandado um grau de complexidade nas suas relações, que não são resolvidos apenas pela aplicação de um ordenamento jurídico ou de uma norma legal.

Tal complexidade tem mostrado a necessidade do conhecimento técnico das Ciências Sociais e Humanas, para poder subsidiar e assessorar as decisões judiciais e os procedimentos jurídicos. Nesse sentido, o Serviço Social vem se inserindo nesse campo de atuação, como uma profissão de extrema relevância para a consecução da resolução dos conflitos que perpassam a questão da Justiça. (CHUAIRI, 2001).

Os estudiosos apontam que o Serviço Social teve sua inserção no âmbito jurídico, em meados dos anos de 1930, no Poder Judiciário de São Paulo, na Vara de Menores¹. Ao longo dos anos, o assistente social passou a ser requisitado cada vez mais em outras instâncias do Judiciário. Atualmente, o Serviço Social tem atuado em quase todas as esferas da Justiça: nos Tribunais, Fóruns, Ministério Público, Defensorias Públicas, Sistemas Penitenciários e os Escritórios de Assistência Jurídica Gratuitas, ou ainda segundo, Fávero (2003) vai dizer que o campo sóciojurídico refere-se ao conjunto de áreas nas quais as ações interventivas do Serviço Social articulam-se a ações de natureza jurídica, tais como o sistema penitenciário, o sistema judiciário, as defensorias públicas, entre outros.

A inserção da profissão nesse âmbito tem demandado, portanto, um grande campo de atuação para o Serviço Social. Além disso, com base na experiência de estágio vivenciada no Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na busca pelo aprofundamento do conhecimento teórico-metodológico para o exercício

¹ Em 1940, essa era a nomenclatura utilizada para a definição da Vara de Crianças e Adolescentes. Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente a partir da década de 1990, passou-se a denominar-se Vara da Infância e Juventude.

profissional nesse campo, a partir da leitura de algumas bibliografias relacionadas à esta temática, evidenciou-se na escrita dos autores e profissionais da área a pouca produção bibliográfica sobre o assunto.

Diante dessa afirmativa, surgiu o interesse em realizar o presente trabalho, o qual visa efetuar uma revisão bibliográfica em um dos periódicos de maior destaque para a categoria profissional, que é: a Revista Serviço Social e Sociedade. Esta Revista tem sido essencial para o processo de formação contínua, marcada pela sistemática de publicações de artigos acerca do processo interventivo e da produção intelectual, reconhecida internacionalmente pela relevância de suas publicações².

Dessa forma, o objeto de análise da presente pesquisa, é conhecer a produção teórica do Serviço Social sobre o campo sóciojurídico, por meio de um levantamento bibliográfico dos artigos publicados sobre o tema proposto, no periódico supra referido, a partir da década de 1990, com o intuito de sistematizar essas publicações, servindo como uma referência acerca do temário, pois, aqui estarão elencados todos os artigos publicados nessa área. Pretende-se também, apresentar lacunas e instigar a categoria profissional a produzir um material teórico-metodológico que faça parte da capacitação profissional, para todos aqueles que atuam e discutem sobre um campo de atuação profissional tão crescente na contemporaneidade, que é o campo sóciojurídico.

Sendo delineado o objeto, foram definidos os seguintes objetivos:

Geral: Analisar a produção bibliográfica do Serviço Social referente ao campo sociojurídico na Revista Serviço Social e Sociedade, a partir da década de 1990.

Específicos:

- a) Identificar os artigos que versam sobre o Serviço Social no campo Sociojurídico no periódico em destaque;
- b) Categorizar os artigos selecionados, a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- c) Mapear os principais espaços jurídicos de concentração das produções publicadas; e
- d) Verificar os principais temas abordados nas produções publicadas.

² Vale ressaltar que essa Revista é qualificada pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com um conceito máximo, denominado Qualis A1. Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. (CAPES, 2011, p.1).

O recorte temporal da pesquisa embasa-se nos escritos dos estudiosos acerca do Serviço Social no Judiciário, que indicam uma produção bibliográfica dos assistentes sociais a partir dos anos de 1990. Concomitantemente a isso, destaca-se que nesse período, foram aprovadas legislações de relevância nacional, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que rebateram no Serviço Social, alterando o fazer profissional também no espaço sociojurídico, ampliando o quadro de assistentes sociais nessa área, requisitando habilidades para uso de outros instrumentos da profissão, os quais foram chamados para prestarem assessoria técnica.

Soma-se a isso, legislações concernentes ao Serviço Social, como a Lei 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão e o Código de Ética, que juntamente com outras referências materializam o projeto ético-político da profissão.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira seção, denominada “O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO”, será realizada uma breve contextualização histórica de como o Serviço Social se inseriu nesse campo. Após, será conceituado e delimitado o que se entende por campo sóciojurídico, e por fim, serão abordadas algumas das principais atividades profissionais do Serviço Social em cada uma das áreas desse âmbito sócio-ocupacional.

Na segunda seção, denominada de “A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO”, serão resgatados os artigos que versam sobre o campo sóciojurídico, onde serão mapeadas as principais áreas de concentração da produção teórica relativa a esse temário. Posteriormente, os artigos serão categorizados a partir das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Por último, será realizada uma categorização por eixos temáticos, a fim de elencar os debates mais presentes nesse contexto.

O presente estudo conclui tecendo algumas considerações acerca da produção teórica do Serviço Social no campo sóciojurídico, em meio ao processo investigativo realizado nesse trabalho, a fim de instigar algumas reflexões para todos aqueles que buscam um aprofundamento teórico sobre esse espaço sócio-ocupacional, seja no âmbito da qualificação profissional, ou no âmbito da produção de conhecimento enquanto profissão dotada de um saber teórico específico.

1. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO

Esta seção objetiva apresentar brevemente o processo histórico de inserção do Serviço Social no campo sóciojurídico, o qual remonta aos primórdios da constituição da profissão no Brasil, até aos diversos espaços sócio-ocupacionais existentes nesse âmbito na atualidade. Conceitualiza ainda a definição de campo sóciojurídico, delimitando suas áreas de atuação, descrevendo algumas das principais ações do Serviço Social em cada uma das esferas.

1.1 – BREVE HISTÓRICO

Vários autores que escrevem sobre a história da inserção do Serviço Social na área jurídica, dizem não haver uma data específica na qual delimita a atuação do Serviço Social nesse campo. Para compreender essa questão tornou-se necessário fazer um resgate do processo de inserção da profissão no meio jurídico.

O Serviço Social é uma profissão que surge no cenário mundial, no final do século XIX, após a Revolução Industrial Inglesa, quando então, iniciou-se um processo de industrialização, que ao passar dos anos causou um impacto na estrutura societária. Esse impacto traduzia-se pelos conflitos gerados entre a classe operária e o próprio sistema capitalista, que em decorrência da Revolução Industrial, passou de capitalismo concorrencial ao chamado capitalismo monopolista. (NETTO, 2001).

Nesse ínterim, surge na Europa, e posteriormente nos Estados Unidos da América, o Serviço Social, com um caráter conservador, atrelado aos interesses da classe burguesa e principalmente ligado à doutrina da Igreja Católica, a qual desenvolvia suas atividades a partir da filantropia, própria desse sistema. O Serviço Social se desenvolve como divisão social e técnica do trabalho, justamente para regular e intervir nos conflitos existentes, oriundos das contradições sócio-econômicas do capital, com o intuito de “ajustar” os indivíduos aos interesses da classe burguesa, ou seja, servindo para resolução dos problemas sociais de modo individualizado. (NETTO, 2001).

No Brasil, a partir do século XX, em fase de uma produção capitalista em processo de industrialização, as contradições tornaram-se cada vez mais agudas e uma das expressões da

questão social que vai começar a rebater na sociedade, é justamente o problema da criminalidade entre crianças e adolescentes, anteriormente denominados de menores infratores³. Como no Brasil, o Serviço Social vai surgir só mais tarde, no ano de 1936, com a criação da Primeira Escola de Serviço Social, ligada à Igreja Católica, as ações desenvolvidas para a resolução dessas questões concernentes à Infância e Juventude, eram realizadas por outros profissionais.

No dia 31 de dezembro de 1924, por meio da Lei nº 2.059, foi criado na Cidade de São Paulo, o Juízo Privativo de Menores, que no decorrer de sua história, legitimou-se como instância de regulação, controle e disciplina de crianças e adolescentes de famílias de baixo poder econômico. (FÁVERO, 1999).

Observa-se que no artigo 3º da referida Lei, o Juízo Privativo de Menores era composto por: “além do respectivo juiz, dos seguintes funcionarios: 1 curador e promotor; 1 medico; 1 escrivão; 1 escrevente habilitado; 3 commissarios de vigilancia (2 homens e 1 mulher); 2 officiaes de justiça; 1 servente e porteiro”. (SÃO PAULO, 1924).

Como não havia ainda a profissão do assistente social, pode ser observado que quem desempenhava a função de cumprir uma ordem judicial, concernente a investigação de algum delito cometido por uma criança ou adolescente, eram os comissários de vigilância, que tinham uma função de natureza policial e fiscalizatória:

Artigo 6.º- Aos commissarios de vigilancia caberá procederem a todas as investigações concernentes aos menores, ao meio em que estes viverem e ás pessoas que os cercarem; deterem ou apprehenderem os menores abandonados ou delinquentes, apresentando-os ao juiz; cumprirem as determinações e ordens que por este lhe forem dadas. § 1.º - Os commissarios de vigilancia serão de immediata confiança do juiz. § 2.º - Poderão ser admittidos como commissarios, voluntarios ou gratuitos, pessoas de um ou outro sexo, que, pelo mesmo juiz, forem considerados idoneas. (SÃO PAULO, 1924).⁴

Posteriormente, o corpo de comissários passou a ser chamado de Commissariado de Menores, o qual exercia tarefas de vigilância e fiscalização junto ao Juízo, desde a sua implantação. (ALAPANIAN, 2008). Conforme consta no decreto nº 3.828 de 25 de março de 1925, que dá

³ O termo Menores infratores era utilizado no termo constitucional e na sociedade em geral, para designar crianças e adolescentes abandonados, de conduta anti-social ou que estavam em conflito com a lei. Porém, cabe destacar que tal expressão é discriminatória, vexatória e que confirma o estigma que marginaliza e diferencia o espaço na sociedade para este “menor”, reproduzindo-se uma identidade social historicamente determinada. (SILVEIRA & ALMEIDA, 1991).

⁴ Ressalta-se que por ser uma citação de um documento muito antigo, a ortografia, que representa a parte da língua responsável pela grafia correta das palavras, representava o tipo de escrita para essa época.

regulamento a Lei nº 2.059, em seu artigo 43º, o comissariado de vigilância era desempenhado por “officiaes de justiça ou pessoas idôneas que, voluntariamente e sem retribuição, a isso se prestem”. (SÃO PAULO, 1925).

Ainda não havia uma vinculação direta do Serviço Social com essa instância. O Comissariado de Menores passou a ter uma vinculação direta com a assistência social, quando surge no ano de 1935, o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo. Alapanian (2008) vai afirmar que o Comissariado esteve ligado ao Departamento de Assistência Social desde o início, o que começou a gerar alguns conflitos, já que o Juízo de Menores era, até então, o único responsável pelas diretrizes de atendimento aos menores, sendo dirigido e organizado essa função ao Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo.

Dessa forma, esse primeiro contato do Serviço Social com a área jurídica se deu principalmente com a implementação do Comissariado de Menores, a qual exigiu um profissional capacitado para atuar nesse âmbito, o que não oculta o caráter fiscalizatório e de vigilância da profissão nessa época. Abaixo constam quais eram as atribuições dos assistentes sociais nessa instância.

Os assistentes sociais, vinculados a mais ampla instituição de Serviço Social no momento, que era o próprio Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, são requisitados a atuarem como comissários de menores, desempenhando as atividades junto ao Serviço Social de Menores, tais como: atendimento aos os menores abandonados, menores delinquentes, menores sob tutela da Vara de Menores; exerciam atividades disciplinares no campo da Assistência Judiciária, com o intuito de reajustar os indivíduos ou famílias cuja causa de desadaptação social, estivesse relacionada à uma questão da justiça cível; também enquanto pesquisadores sociais, o que demandava o maior contingente de assistentes sociais. Atuava nos serviços de plantão, além dos serviços técnicos de orientação das Obras Sociais, estatísticas e Fichário Central dos Assistidos. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982).

Pode ser observado o caráter extremamente conversador da profissão, que trazia consigo a íntima relação com a Igreja Católica, visando o (re)ajuste do indivíduo à sociedade. Importante destacar, que o primeiro profissional formado como assistente social a ter um emprego formal, foi justamente no judiciário paulista, sendo esse, formado pela Escola de Serviço Social criada no ano de 1936, em São Paulo, a primeira formada no país. No Rio de Janeiro, no ano de 1938, foi

inaugurada a Escola Técnica de Serviço Social, a qual tinha por finalidade atender as demandas ligadas ao Juizado de Menores. (FÁVERO, 2004).

Historicamente, o Serviço Social esteve atrelado ao sistema judiciário, principalmente no que diz respeito à questão dos “menores”, atualmente melhor definida como infância e juventude, além de contribuir na área do sistema penal. Iamamoto e Carvalho (1982) destacam que as funções do Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo eram principalmente atuar na estruturação de Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social.

Grande parte da discussão sobre o Serviço Social no campo sóciojurídico, estava relacionada à questão da criança e do adolescente. No período de 1948 a 1983 foram realizadas 13 Semanas de Estudos dos Problemas de Menores, que segundo Fávero (1996), tinham por interesse um esforço de setores do Estado e da sociedade, no sentido de debater sobre questões referentes à problemática do menor e busca de soluções práticas para o enfrentamento da mesma.

Alapanian (2008) realça que com o fim do Estado Novo e da era ditatorial de Getúlio Vargas, os quais reduziram o poder de ação dos Juízes de Menores, a formulação de uma política assistencial, centrava-se no Poder Executivo, o qual exercia um controle maior das massas empobrecidas. A partir daí, surge um movimento organizado pelos juízes do Estado de São Paulo, juntamente com a contribuição da Escola do Serviço Social, que criticavam o modelo assistencial existente, e com a abertura do regime político existente na época, após o fim da ditadura, propuseram um modelo assistencial arrojado, com o chamado Serviço de Colocação Familiar.

Esse Serviço de Colocação Familiar centrava o seu objeto de trabalho na família, e não apenas da questão do “menor”. Apesar de suas características morais, baseadas na doutrina cristã, com seu liberalismo conservador, tornou-se um projeto que possibilitou a consolidação da inserção do Serviço Social no interior do Poder Judiciário paulista. (ALAPANIAN, 2008).

A atuação do Serviço Social no campo sóciojurídico foi vislumbrado no meio profissional, sem ter uma preocupação mais profunda que discutisse as intervenções profissionais nesse espaço sócio-ocupacional.

Fávero (2003, p. 10-11) diz o seguinte:

Ainda que o meio sócio-jurídico, em especial o judiciário, tenha sido um dos primeiros espaços de trabalho do assistente social, só muito recentemente é que particularidades do

fazer profissional nesse campo passaram a vir a público como objeto de preocupação investigativa. Tal fato se dá por um conjunto de razões, das quais se destacam: a ampliação significativa de demanda de atendimentos e de profissionais para a área, sobretudo após a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; a valorização da pesquisa dos componentes dessa realidade de trabalho, inclusive pelos próprios profissionais que estão na intervenção direta; e, em consequência, um maior conhecimento crítico e valorização, no meio da profissão, de um campo de intervenção historicamente visto como espaço tão somente para ações disciplinadoras e de controle social, no âmbito da regulação caso a caso.

Embora tenham-se registros da atuação de assistentes sociais no judiciário desde a década de 1930, bem como no sistema penal desde 1950, houve uma fragilidade na formação continuada e no exercício da dimensão investigativa da prática profissional, da sua sistematização, e da ínfima produção teórica sobre o conhecimento do campo sóciojurídico, revelando um descompasso entre o longo tempo de permanência do Serviço Social nessa esfera, em relação ao saber que este produzia. (PEQUENO, 2008).

Ou seja, apesar da grande contribuição que o Serviço Social prestou na esfera jurídica, nas décadas que se seguiram após a sua criação, muito pouco foi produzido em termos de produção teórica, visando o próprio processo de avaliação da profissão nesse espaço sócio-ocupacional, bem como permitindo uma formação continuada dos assistentes sociais inseridos nesse âmbito. Somente nas últimas duas décadas, é que esse campo de atuação profissional vem ganhando destaque como tema de congressos, periódicos e discussões nos próprios conjuntos CFESS/CRESS.

Para Kosmann (2009, p. 311),

é fundamental registrar que debates e reflexões em torno da prática do assistente social no campo sóciojurídico vêm-se fazendo presente com mais notoriedade nos últimos anos. A publicação de livros, dissertações e teses acerca do tema teve como incentivo principal o lançamento do primeiro número especial da revista Serviço Social e Sociedade, nº 67 publicada no de 2001, cuja edição foi intitulada “Temas Sócio-Jurídicos”. A inclusão de tal assunto também ocorreu nas sessões temáticas do 10º e 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS em 2001 e 2004, respectivamente, e no 1º Encontro Nacional Sóciojurídico, ocorrido em setembro de 2004.

Portanto, é praticamente nessas últimas décadas, que ganha força um movimento por parte principalmente dos profissionais que atuam nessa área, bem como por docentes e estagiários, que começaram a produzir mais intensamente artigos, teses, dissertações e livros relativos a essa temática. Esse breve resgate histórico do Serviço Social no campo sóciojurídico, destaca

justamente esse processo de inserção da profissão nesse âmbito, para situar o tema central da presente discussão, trazendo elementos importantes para a reflexão e discussão do presente trabalho.

1.2 – CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO SÓCIOJURÍDICO:

O campo sóciojurídico vem requisitando cada vez mais a inserção do exercício profissional do assistente social, na medida em que há uma crescente busca da resolução de conflitos via esfera judicial.

Chuai (2001) relata que o aumento significativo das pessoas pelo interesse em questões que envolvem a justiça, como meio de buscar solucionar seus conflitos não resolvidos em outras instâncias sociais, não estão desconexos com as transformações societárias, em virtude dos quadros globais de crises sociais e da própria modernização da sociedade, acarretando novas necessidades sociais, levando o Direito a requisitar o auxílio das Ciências Sociais e Humanas, as quais intervêm com seu conhecimento técnico para assessorar e subsidiar os procedimentos e decisões jurídicas.

Nesse sentido, atualmente há uma série de novas demandas judiciais que requerem não somente o saber legal, ou a aplicação direta da Lei, é necessário a participação de outros saberes, tais como as Ciências Humanas e Ciências Sociais que vão auxiliar num determinado processo judicial, servindo como embasamento para uma decisão do Juiz. Sabe-se que por trás de um processo judicial, há uma vasta relação de conflitos de interesses das partes envolvidas e muitas vezes estão imbricadas e ocultas durante a formulação dos autos.

Nesse aspecto, o Serviço Social tem se tornado uma área de trabalho especializada no campo jurídico, o qual teve sua inserção relacionada ao Juizado Privativo de Menores e Sistema Penitenciário, tendo um grande campo de atuação na atualidade.

Dentre os espaços múltiplos de atuação do Serviço Social, podem-se destacar: a área da Infância e Juventude, em programas de acompanhamento à medidas sócio-educativas, processos de adoção, guarda, destituição do poder familiar; programas relacionados a acompanhamento de penas abertas e penas alternativas junto ao sistema penitenciário grupos de apoio à adoção; assessoramento aos juizes das áreas de família, infância e juventude, cível, execução penal, Juizados Especiais, entre outras; bem como também desempenhando funções junto ao Ministério

Público e suas Promotorias; atuam na garantia do acesso à Justiça, por meio das Defensorias Públicas e dos Escritórios de Assistência Jurídicas. (ALAPANIAN, SACRAMENTO & SANTOS, 2006).

O Serviço Social tem uma vasta área no âmbito jurídico para contribuir com seu exercício profissional não se resumindo apenas aos exemplos citados acima.

Essa breve descrição da dimensão do campo de atuação do Serviço Social, no entanto, não conceitualiza o campo sóciojurídico. A relação entre a dimensão “sócio” e “jurídico”, foi brevemente exposta, mas o conceito que norteará o presente trabalho está calcado na fala da Fávero (2003, p. 10), que define como:

Campo (ou sistema) sócio-jurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros. O tema sócio-jurídico, enquanto síntese destas áreas, tem sido disseminado no meio profissional do Serviço Social, em especial com a sua escolha como tema central da Revista Serviço Social e Sociedade n. 67 (Cortez Editora), pelo comitê que a organizou, tendo sido incorporado, a seguir, como uma das sessões temáticas do X CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/2001⁵.

Mesmo tendo a definição do campo sóciojurídico, há no meio profissional uma discussão do que representa ou não esse espaço sócio-ocupacional. Foi com base nessas discussões feitas a partir do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado no ano de 2001, assim como nos Encontros Estaduais e Nacionais e principalmente no 38º Encontro Nacional do CFESS/CRESS⁶, realizado na Cidade de Campo Grande/MS, entre os dias 06 e 09 de setembro de 2009, foi deliberado a criação de Grupos de Trabalho - GT Sóciojurídico, no âmbito Estadual e Federal sob a articulação e coordenação dos Conselho Regional de Serviço Social - CRESS e, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

A proposta nesse encontro, de se criar um Grupo de Trabalho para discutir essa temática, foi definida no eixo de Orientação e Fiscalização, por meio da Deliberação nº 18, que dentre os objetivos propostos, foi extraído como deliberação, a constituição de um GT sóciojurídico, até o

⁵ A discussão acerca do que constitui campo ou sistema sóciojurídico não será objeto de discussão no presente trabalho, porém, estará balizado na dimensão de campo, enquanto espaço de atuação profissional do Serviço Social.

⁶ De acordo com o Art. 11, da Resolução CFESS nº 469/2005, o Encontro Nacional CFESS/CRESS é a instância máxima de deliberação deste conjunto, composto de delegados do CFESS e dos CRESS, com direito a voz e voto, aberto à participação de Assistentes Sociais, estudantes de Serviço Social, representantes das Entidades da Categoria, da Sociedade Civil e convidados, com direito a voz.

mês de março de 2010, que contemplasse as discussões e propostas acumuladas nos Encontros Estaduais e Nacional do Sóciojurídico, além de propor o debate sobre a elaboração dos parâmetros de atuação dos assistentes sociais no sóciojurídico e também no levantamento junto aos CRESS, da defasagem entre o número de assistentes sociais que trabalham nesse campo, versus as demandas existentes nesse espaço.

Com base nesse Grupo de Trabalho e em atendimento à deliberação supra referida, foi elaborado o relatório parcial pelo Grupo de Trabalho do CFESS, oficializado pelo mesmo, através do Ofício 090/2011 de 13 de maio de 2011⁷, o qual delimitou como áreas abrangidas do campo sóciojurídico as seguintes áreas:

- Ministério Público;
- Poder Judiciário;
- Sistema Penitenciário e Segurança Pública;
- Sistema de Aplicação de Medidas Sócio-educativas; e
- Defensorias Públicas/Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas.

Nesse sentido, o presente trabalho centrar-se-á sua pesquisa, a partir dos artigos relacionados à cada uma das áreas acima descritas. Chuairi (2001, p. 138), vai destacar que nessas áreas, algumas das principais atividades desenvolvidas nesses espaços são:

- Assessorar e prestar consultoria aos órgãos públicos judiciais, a serviços de assistência jurídica e demais profissionais deste campo, em questões específicas de sua profissão;
- Realizar perícias e estudos sociais, bem como informações e pareceres da área de sua competência, em consonância com os princípios éticos de sua profissão;
- Planejar e executar programas destinados à prevenção e integração social de pessoas e/ou grupos envolvidos em questões judiciais;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise social, dando subsídios para ações e programas no âmbito jurídico;
- Participar de programas de prevenção e informação de direitos à população usuária dos serviços jurídicos;
- Treinamento, supervisão e formação de profissionais e estagiários nesta área.

É claro que as ações interventivas dos assistentes sociais, não se restringem somente a estas, mas, a partir da exposição do processo histórico do Serviço Social no campo sóciojurídico e

⁷ Anexo 1: Ofício nº 090/2011 do CFESS que oficializa o Relatório Parcial que delimita a área de abrangência do campo sóciojurídico, tornando-o um documento válido em todo o território nacional. Encontra-se disponível no site do CFESS, no endereço: www.cfess.org.br para consulta.

calcado na definição do mesmo, assim como delimitando a área de atuação do Serviço Social nesse âmbito, veremos a seguir, o que faz o Serviço Social em cada um dos espaços sócio-ocupacionais.

1.2.1. Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição independente do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas, e conforme preceitua o artigo 127 da Constituição Federal do Brasil de 1988:

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Ainda, segundo o artigo 129 da referida CF/88, são funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação direta de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição; V - defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; e IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Dessa forma, pode-se dizer que esta é a instituição que “detém a competência para fiscalizar a correta aplicação da Constituição Federal e das leis, para a proteção do Estado de Direito e para resguardar o interesse público quando lesado em seus direitos”. (MPSC, 2011). Ele atua nas áreas Constitucional, Criminal, Cível e de Defesa da Coletividade.

Em 2009, foi elaborado pela Coordenadoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, sob a supervisão da Assessoria Institucional da Procuradoria-Geral

de Justiça, o Guia do Ministério Público de Santa Catarina, o qual vai abordar de forma sucinta o que é e o que faz o Ministério Público. A partir desse documento, foi elaborado um quadro explicativo das principais áreas de atuação do MP/SC, com o intuito de esclarecer algumas das atividades desenvolvidas por essa instituição, conforme o quadro abaixo, denominado “Áreas de atuação do Ministério Público”:

QUADRO 01: ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
CONSTITUCIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Constitucionalidade (controle da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais). • Eleitoral (registros de candidaturas; inelegibilidade de candidatos; abusos de poder econômico, político e dos meios de comunicação nas eleições; propaganda eleitoral irregular). 	
CRIMINAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão e fiscalização das investigações feitas pela Polícia, por meio da análise dos inquéritos policiais. • Desenvolvimento de investigações próprias em crimes de grande interesse social, especialmente que envolvam organizações criminosas. • Elaboração e encaminhamento das denúncias de crimes (ações penais públicas) aos Juízes que atuam nas varas criminais. • Acompanhamento e instrução de processos criminais (colheita e apresentação de provas em juízo), pareceres, arrazoados (peças processuais) e recursos em matérias criminais. • Atuação em casos criminais de menor potencial ofensivo (com pena máxima prevista de dois anos), que envolvem transações penais (acordos com o réu para antecipação de pena). • Atuação perante o Tribunal do Júri. • Ordem tributária (sonegação e fraude fiscal, cobrança irregular de impostos, pirataria e falsificação de produtos com reflexos tributários). 	
CÍVEL	
<ul style="list-style-type: none"> • Família (processos de separação e divórcio, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes; declarações de óbito; habilitações de casamento). • Sucessões (inventários, partilhas, arrolamentos). • Registros públicos (registros de nascimento e óbito fora do prazo, habilitações de 	

- casamento, loteamentos e desmembramentos, usucapião, suscitações de dúvida).**
- **Acidentes de trabalho (ações envolvendo auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, nos serviços público e privado).**
 - **Ações em geral envolvendo interesses de incapazes (pessoas com menos de 18 anos, interdições e interesses de pessoas interditadas).**
 - **Mandados de segurança, mandados de injunção e habeas data.**

DIREITO DA COLETIVIDADE

- **Cidadania (Sistema Único de Saúde; fiscalização das internações psiquiátricas involuntárias; dependência química; idosos; pessoas com deficiência; direitos humanos).**
- **Consumidor (qualidade, quantidade e preços de produtos e serviços públicos e privados; vigilância sanitária; publicidade enganosa e abusiva; cartéis).**
- **Fundações (fiscalização da criação, do patrimônio, da contabilidade e da extinção de fundações de interesse público e social).**
- **Infância e juventude (processos de guarda e adoção, suspensão e extinção do poder familiar; proteção dos direitos de crianças e adolescentes e apuração de atos infracionais - ilícitos penais - cometidos por pessoas com menos de 18 anos de idade).**
- **Meio ambiente (patrimônio natural - recursos hídricos e minerais, fauna e flora; patrimônio histórico e cultural; poluição em geral).**
- **Moralidade administrativa (irregularidades e fraudes na aplicação de recursos públicos e em processos de licitação; nepotismo; irregularidades no acesso a cargos e empregos públicos; promoção pessoal com uso de recursos públicos; apropriação e desvio de recursos, bens e serviços públicos).**

Fonte: Guia do Ministério Público de Santa Catarina.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Percebe-se que existe um vasto campo de atuação para o assistente social, o qual tem sido requisitado cada vez mais a atuar nesse espaço, principalmente nas questões concernentes a infância e juventude, família e também na esfera criminal. No Estado de Santa Catarina, é relativamente nova a inserção do assistente social, pois, em 2005, tinham apenas cinco assistentes sociais, mas, até o final do mesmo ano, aumentou para dezoito cargos de assistentes sociais. (MANFRINI, PORT & RODRIGUES, 2009).

Em 2009, foi criado o Ato nº 187/2009/PGJ, pela Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o qual define as atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Quadro de Pessoal dessa instituição, e normatiza as ações dos assistentes sociais no MP/SC, o qual traz em sua descrição sumária a seguinte definição: “Atividade de Nível superior, de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão dos trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamentos de aspectos sociais”.

Dentre essas atividades, o Serviço Social, pode realizar o estudo social, um instrumento essencial e importante para subsidiar a ação dos Promotores de Justiça.

O estudo social, segundo a autora Fávero (2003, p. 42),

[...] é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais.

Por meio deste instrumento, o assistente social pode emitir um parecer, que é um esclarecimento e análise, calcado em um conhecimento específico do Serviço Social, relacionado à algum tema no qual foi chamado a opinar, podendo ser emitido como conclusão de um laudo. (FÁVERO, 2003).

Além do estudo social, o assistente social tem outras atribuições no Ministério Público, conforme descrito no Ato nº 187/2009/PGJ. Para melhor esclarecer essas atribuições foi elaborado um quadro relacionando cada uma de suas atividades:

QUADRO 02: ATRIBUIÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

- realizar estudo social;
- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso desses no atendimento e na defesa de seus direitos;
- propor, elaborar e/ou participar de projetos que atendam a necessidade do indivíduo que procura os serviços prestados pela instituição;
- planejar, executar e avaliar as pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais em consonância com os objetivos da instituição;
- encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população considerando a função social da instituição;
- buscar dinamizar os recursos do estado, por meio de parcerias com órgãos da administração direta e indireta;
- buscar parcerias com entidades não governamentais no sentido de viabilizar o atendimento de crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais e idosos;
- auxiliar os órgãos do Ministério Público com funções sociais, na supervisão das entidades de atendimento;
- participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações pertinentes à instituição;
- supervisionar, treinar e avaliar estagiários do curso de serviço social; e
- executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Fonte: Ato nº 187/2009/PGJ.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Ademais, o profissional está alicerçado no Código de Ética do Serviço Social, bem como na Lei de Regulamentação da Profissão, os quais além de serem norteadores do fazer profissional, estabelecem outras atribuições privativas, deveres e obrigações independente da esfera em que se vai atuar.

Observa-se, que o Serviço Social está inscrito no quadro de profissionais do MP/SC, principalmente para prestar apoio às Promotorias da Justiça, a partir do seu conhecimento técnico e específico. Destaca-se que nas áreas onde há uma maior solicitação do assistente social, refere-se à área da Infância e Juventude, o qual tem que desenvolver um acompanhamento e fiscalização de entidades de atendimento a crianças e adolescentes, apurações de ato infracional e situações encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, além de trabalhar nos processos de guarda e adoção, suspensão e extinção do poder familiar.

É recente a inserção do Serviço Social no MP/SC, e por isso, vem conquistando aos poucos o seu espaço nessa instituição, mas, ao mesmo tempo tem demonstrado aos outros profissionais, a sua relevância, com base no seu conhecimento técnico específico. (MANFRINI, PORT & RODRIGUES, 2009). É diante dessa realidade que essa instituição demonstra várias possibilidades de atuação para o assistente social.

Portanto, diante da exposição de como se constitui esse espaço de intervenção para o Serviço Social, é importante ressaltar que ainda são poucas as produções teóricas relacionadas a esse campo de atuação, o que demonstra a necessidade de se conhecer mais profundamente as especificidades da profissão nesse meio, para a construção de um arcabouço teórico, que dê mais embasamento para os profissionais que tem ingressado na carreira pública do Ministério Público catarinense.

1.2.2. Poder Judiciário

Como visto anteriormente, o Poder Judiciário foi um dos primeiros espaços profissionais para o Serviço Social, a partir da década de 1930. Ainda que numa visão conservadora, atrelada à doutrina da Igreja Católica, o Serviço Social exercia atividades de filantropia e benevolência,

para suprir as necessidades e carências dos sujeitos que se encontravam numa situação de vulnerabilidade social, fruto das desigualdades causadas pelo capitalismo desde o início do século XX.

Alapanian (2008) afirma que as práticas profissionais do assistente social, estavam calcadas num julgamento moral/ético, cuja metodologia foi desenvolvida pelo movimento da Ação Católica, na qual a preocupação estava relacionada aos problemas sociais decorrentes do sistema econômico vigente naquela época, e também, da ameaça do comunismo.

Somente na década de 1980, as bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, começaram a ser discutidas a partir de uma teoria crítica marxista, redimensionando o projeto ético-político, resultando em 1993, em um novo Código de Ética do Serviço Social, dando um novo norte à profissão, deixando de ser fundamentada na doutrina religiosa e desconstruindo o caráter assistencialista.

O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina – PJ/SC, teve sua inserção na década de 1970, quando então foram criadas duas vagas para assistentes sociais, em 1972, na Comarca da Capital, com o intuito de auxiliar o Juiz da Vara de Menores. (PIZZOL, 2008).

Algumas das atribuições dos assistentes sociais nessa época, estabelecidas pela Resolução nº 1/75 de 22/12/75, eram voltadas ao tratamento dos menores infratores ou abandonados, orientação da família desses menores, fiscalização do trabalho. Conforme as atribuições do assistente social de 1975, podem ser observadas algumas dessas atribuições, tais como:

Proceder ao estudo social do menor abandonado ou do infrator, sugerindo a forma de tratamento adequado para cada caso; Realizar o tratamento social do menor internado, entregue à família e do que estiver sob liberdade vigiada; [...] Orientar e supervisionar família a que tenha sido entregue menor; Participar, sob forma de tratamento social, da fiscalização do trabalho do menor; [...] Obedecer as instruções baixadas pelo juiz de menores. (SANTA CATARINA, 1975).

Ou seja, observa-se o caráter conservador com o qual o assistente social tinha que desenvolver suas atividades, e mesmo após a propositura do novo Código de Menores de 1979, trazia consigo muitos resquícios do código anterior de 1927, o juiz exercia ainda um papel muito autoritário.

Dessa forma, a prática profissional do assistente social no PJ/SC, na década de 1970, ainda focava o seu trabalho no indivíduo, com o intuito de tratá-lo para sociedade. Os mesmos moldes

impostos pela Igreja Católica nos primórdios da profissão ainda estavam presentes na conduta dos profissionais dessa instituição.

Mesmo após a criação da Lei nº 8.662, de 07/06/1993, que regulamenta a profissão do Serviço Social e do Código de Ética de 1993, que tem um cunho marxista, muitos assistentes sociais ainda incorporam no seu fazer profissional, independente do espaço sócio-ocupacional, atividades meramente assistencialistas e de cunho conservador, que por décadas eram intrínsecas à profissão. Porém, no campo sóciojurídico, persiste uma supremacia que é posta pela tradição do Direito, e representa um grau de autoridade aos outros profissionais dessas instâncias.

No entanto, o Serviço Social vem desmistificando esse caráter conservador e submisso, contribuindo com o seu conhecimento técnico, crítico e subsidiando as decisões judiciais, por meio de pareceres e laudos sociais, além de trabalhar na perspectiva de assessoramento nas instâncias na qual atua. (CHUAIRI, 2001).

Atualmente, o PJ/SC emprega mais de 100 assistentes sociais, distribuídos pelas Comarcas do Estado de Santa Catarina, e conforme a descrição da atribuição do Serviço Social, definida na Seção de Progressão Funcional do TJ/SC, os profissionais desenvolvem atividades relacionadas com mediação familiar, perícia e estudos sociais, cooperação, planejamento, articulação, mobilização, coordenação, orientação, auxílio, e outras atividades sóciojurídicas inerentes à profissão, com os próprios servidores do Judiciário catarinense e os usuários desse sistema.

No quadro abaixo, constam as atribuições exemplificativas do assistente social, no Judiciário catarinense:

QUADRO 03: ATRIBUIÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA

1. Desenvolver trabalho técnico de perícia e estudos sociais como subsídio para emissão de relatórios, laudos, informações e pareceres sobre a matéria do Serviço Social, mediante determinação judicial.
2. Atender à demanda social nas questões sócio-jurídicas, por meio de trabalho de orientação, prevenção e encaminhamento, com a utilização dos instrumentais específicos do Serviço Social.
3. Gerenciar o Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA), além de orientar e acompanhar famílias a quem tenham sido entregues, judicialmente, crianças e/ou adolescentes.
4. Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar os programas específicos do setor do Serviço Social, dentro do contexto sóciojurídico, de acordo com as peculiaridades e necessidades da comarca.
5. Contribuir para o entrosamento do Judiciário com instituições que desenvolvam programas na área social, correlatos às questões sócio-jurídicas, prestando assessoria e apoio a projetos

relacionados à família, infância e juventude, tais como: Grupos de Estudos e Apoio à Adoção; Instituições de Abrigo; Programas de Famílias Acolhedoras; Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Mediação Familiar e similares.

6. Contribuir para a organização de eventos, tutorar e proferir palestras, conferências sobre temas relacionados à ação tecnicocientífica do Serviço Social.

7. Atender às determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a legislação que regulamenta a profissão e o código de ética.

8. Cumprir as instruções baixadas pelo juiz da infância e da juventude, da família e da execução penal.

9. Encaminhar servidor ao atendimento de técnico competente, quando apresentar problemas de outra natureza.

10. Realizar visitas a locais de trabalho, domiciliares e instituições hospitalares, quando se fizer necessária a assistência ao servidor e sua família.

11. Fornecer subsídios aos demais técnicos, sempre que solicitado, para a elaboração de laudos periciais.

12. Promover debates com servidores sobre temas e dificuldades detectadas.

13. Executar outras atividades correlatas

Fonte: Poder Judiciário de Santa Catarina.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

É amplo o campo de atuação do assistente social no Judiciário, e tal como no Ministério Público, as principais áreas de atuação que demandam trabalho para o mesmo, são as Varas da Infância e Juventude, Vara da Família, Vara de Execuções Cível e Criminal, área trabalhista, por meio da Justiça do Trabalho e outras instâncias.

São extensas e complexas as atividades desenvolvidas pelo assistente social nesse órgão e demandariam uma análise muito mais profunda para compreender com mais afinco o que faz o Serviço Social, como ele desempenha a sua função em relação ao processo de guarda, ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso sexual, negligência, abandono entre outros.

Porém, torna-se interessante destacar que na atualidade, mais especificamente no que se refere aos processos da área de família, há uma crescente demanda de atendimentos relacionados a essa esfera, seja em relação à guarda, ação de alimentos, divórcio e outras situações, que tem demandado uma especialização de vários profissionais, sejam da área do Direito, da Psicologia, Pedagogia ou do Serviço Social, os quais têm desempenhado a Mediação Familiar, como método alternativo para a resolução dos conflitos.

No ano de 1997, quando a então assistente social Eliedite Mattos Ávila, da comarca de Palhoça/SC, com a autorização da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC,

viajou para o Canadá, com o intuito de fazer o mestrado na área de Mediação Familiar, pois nesse país já era desenvolvida essa prática, foi um dos impulsos para a implantação do Serviço de Mediação Familiar – SMF, no Judiciário Catarinense no ano de 2001. (COSTA, 2009).

O SMF foi implantado a partir da Resolução nº 11/2001, a qual dava orientação aos juízes das Varas de Família que adotassem essa nova técnica para a resolução de conflitos, o que tem contribuído e muito na solução de vários conflitos familiares sem a necessidade de todas as etapas de um processo judicial. (COSTA, 2009).

Importante destacar, que a produção bibliográfica acerca da mediação familiar ainda é infima na profissão, bem como estudos e debates, o que aponta a necessidade urgente de aprofundamento acerca do temário.

Contudo, não se pode negar que o Serviço Social tem contribuído com seu conhecimento técnico e propositivo e muitos assistentes sociais têm se especializados na mediação familiar, garantindo aos usuários um direito que lhes é garantido como o acesso à Justiça.

Dessa forma, o Serviço Social tem demonstrado um interesse em buscar novas alternativas, para repensar o descompasso existente na justiça brasileira, onde o número de processos judiciais só aumentam, tem um procedimento moroso e que não dá conta de garantir um direito essencial ao cidadão, que é o acesso à Justiça.

Não obstante, em todas as áreas de atuação, o assistente social tem se mostrado capaz de contribuir com as demais profissões do âmbito judiciário e tem consolidado cada vez mais esse espaço sócio-ocupacional como um amplo espaço de intervenção profissional do Serviço Social.

1.2.3. Sistema Penitenciário e Segurança Pública

O Sistema Penitenciário Brasileiro tem provocado discussões no cenário atual, pois as condições dos estabelecimentos prisionais demonstram um descaso para a condição do apenado. Basta observar os noticiários e meios de comunicação disponíveis, e estarão estampadas as notícias sobre superlotação nas prisões, a falta de profissionais para atuar nesse âmbito, os maus-tratos realizados contra os presos, as rebeliões, enfim, um verdadeiro arsenal de desrespeito contra os sujeitos que estão cumprindo uma pena. Imprimi-se nesta questão um paradoxo, de um

o apenado sem garantia de direitos humanos, e de outro a indignação da própria sociedade, que fica desprotegida quando reclama que aqueles que deveriam estar cumprindo uma pena de privação de liberdade, estão soltos.

Barreto (2005) destaca que nas prisões e penitenciárias⁸, é visível a precariedade existente nessas instituições, e das condições sub-humanas na qual vivem os presos. As prisões e penitenciárias são verdadeiros depósitos humanos, onde homens e mulheres são deixados em um grande número numa mesma cela e sem o mínimo de dignidade. A mesma autora, destaca ainda, que o objetivo do sistema penitenciário tem sido apenas o de custodiar, não se preocupando com o seu estado psicossocial e emocional, nem quando este retorna à sociedade, os chamados egressos, que por falta de uma política pública adequada, resulta na sua reincidência no mundo do crime.

As unidades prisionais sofrem com a falta de políticas públicas na área penal, acarretando na péssima estrutura de segurança desses estabelecimentos, falta de equipamentos e instrumentos operacionais adequados para os profissionais que atuam nessa área, representando uma fragilidade de recursos humanos, pouca assistência material aos presos, aonde os mesmos são desprovidos de condições básicas, como: roupa para uso pessoal, roupa de cama, colchão, cobertor, material de higiene, medicamentos e etc. (BARRETO, 2005).

Nesse espaço sócio-ocupacional, o Serviço Social teve sua inserção na mesma época que começou a atuar no Juizado de Menores, no final da década de 1930 e início da década de 1940. Dessa forma, o Sistema Penitenciário foi um dos primeiros espaços profissionais para o assistente social. (IAMAMOTO, 1999).

Atualmente, a atuação deste profissional no sistema prisional está prevista na Lei de Execução Penal - LEP nº 7.210 de 11/07/1984, a qual traz nos artigos 22 e 23, a disposição das suas atribuições:

Artigo 22: O Serviço Social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-lo para o retorno à liberdade.

Artigo 23 Incumbe ao Serviço Social.

I. Conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

II. Relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas das permissões de saídas e das saídas temporárias;

III. Acompanhar os resultados das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV. Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

⁸ Embora não haja uma diferenciação entre Prisão e Penitenciária no Código Penal ou na Lei de Execução Penal, por falarem apenas em penitenciárias, a prisão refere-se ao local aonde os presos aguardam julgamento. Na penitenciária, encontram-se todos aqueles que já responderam a processo judicial com trânsito em julgado, e foram condenados a pena de privação de liberdade.

- V. Promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- VI. Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente de trabalho;
- VII. Orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Como pode ser observado, esta Lei foi criada quase dez anos antes da Lei de Regulamentação do Serviço Social, e do próprio Código de Ética vigente e traz consigo um caráter conservador. Barreto (2005) afirma que conforme está disposto na Lei de Execução Penal, nas Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil e na própria Constituição Federal, as condições de trabalho para os profissionais são desumanas, devido à demanda imposta de trabalho, acarretando num fazer profissional do Serviço Social, apenas de imediatismo e assistencialismo, aonde as suas ações de maior impacto e repercussão estão voltadas à liberação de visitas e à elaboração de exames criminológicos para a progressão de regime, sendo esta, atualmente regulada pela nova redação do Artigo 112 da Lei nº 10.792 de 1º de dezembro de 2003.

No Estado de Santa Catarina, a administração do sistema penitenciário compete ao Departamento de Administração Prisional – DEAP, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina – SJC/SC. As atribuições previstas para os assistentes sociais, encontram-se dispostas no Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais de Santa Catarina, criado pelo Decreto nº 3.494, de 27 de junho de 1989, em seu Capítulo V “Da Assistência Penitenciária”, Seção I – “Da Assistência Social”, artigos 27, 28, 29 e 30, os quais dizem o seguinte:

Art. 27 - A assistência social tem por finalidade amparar o preso e internado e prepará-lo para o retorno à liberdade. Art. 28 - A assistência social, exercida por profissionais qualificados, será prestada diretamente ao interno e a sua família. Parágrafo único - É facultado o auxílio de entidades públicas ou privadas nas tarefas de atendimento social. [...] Art. 30 - Para os efeitos da assistência social, o conceito de família é compreensivo de todos aqueles que mantenham relação de dependência com o preso, haja ou não parentesco legal.

Conforme pode ser observado, permanece o mesmo caráter descrito na Lei de Execução Penal, porém, ressalta-se a abertura da prestação de auxílio de entidades públicas ou privadas nas tarefas de atendimento social, atualmente muito comum nas penitenciárias, principalmente com a participação de Organizações Não Governamentais – ONGs, que em sua maioria, são de caráter

religioso, e acabam por tentar suprir uma ausência do Estado na implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento do preso.

No quadro abaixo, constam as atribuições do assistente social nas penitenciárias catarinenses, em conformidade com o artigo 29 do Decreto 3.494/89:

**QUADRO 04: ATRIBUIÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO
SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA**

- I - conhecer, diagnosticar e traçar alternativas, junto com a população presa e os egressos, quanto aos problemas sociais evidenciados;
- II - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- III - providenciar, na realização de curso de alfabetização, ensino profissional e outros;
- IV - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido e seus familiares;
- V - elaborar relatórios e emitir pareceres, se for o caso, em requerimentos e processos de interesse da população carcerária;
- VI - acompanhar o desenvolvimento das saídas para visitas a familiares e para o trabalho externo;
- VII - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação e a cultura;
- VIII - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- IX - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente de trabalho;
- X - coordenar e supervisionar as atividades dos agentes religiosos voluntários e dos estagiários do Serviço Social;
- XI - integrar os conselhos religiosos;
- XII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Fonte: Decreto Estadual nº 3.494, de 27 de junho de 1989.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Para exemplificar, essas são algumas das atividades desenvolvidas pelo assistente social nesse âmbito: implantar programas, projetos e palestras com a finalidade de executar o tratamento penitenciário; providenciar documentação civil; fazer contatos e encaminhamentos aos órgãos da comunidade; promover o contato com o mundo exterior e preservar o vínculo familiar; supervisionar e fiscalizar a Prestação de Serviços à Comunidade através de orientação ao egresso; visitas domiciliares e às instituições; orientações quanto aos procedimentos para a Concessão de Benefícios; todas elas no intuito de promover a reintegração social através do atendimento e orientação aos presos e familiares. (BARRETO, 2005).

Importante destacar, a presença de uma normativa que incumbe ao Serviço Social integrar os conselhos religiosos, o que demonstra mais uma vez o caráter religioso presente nesse espaço sócio-ocupacional.

No entanto, apesar do trajeto histórico demonstrar o conservadorismo da profissão não somente no sistema penitenciário, mas também no campo sóciojurídico como um todo, o Serviço Social tem demonstrado a sua importância, através do seu exercício profissional, mesmo com a falta de recursos humanos e materiais, pode-se dizer que o assistente social contribui para o processo de reinserção social do condenado, pois a este profissional compete acompanhá-lo durante o período de privação, elaborando um estudo social investigativo sobre a vida do preso, emitindo posteriormente um relatório social, a fim de promover a orientação do assistido na fase final do cumprimento da pena, colaborando com a consolidação dos vínculos familiares e auxiliando-os na resolução dos problemas que dificultam sua reafirmação enquanto egresso em sua própria identidade. (BARRETO, 2005).

Cabe ao assistente social desenvolver ações interventivas que atendam aos princípios éticos do Serviço Social, tendo a percepção de um fazer profissional crítico, que contribua para uma melhor condição sócio-assistencial com os sujeitos apenados e seus familiares. Para finalizar, é importante registrar uma frase dita pelo professor Marco Antonio Rocha, em uma palestra apresentada aos assistentes sociais do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN/PR, em 13/05/05, em comemoração ao Dia do Assistente Social, que sintetiza bem o alvo profissional que o assistente social deve alcançar no sistema penitenciário:

[...] construir um novo projeto de intervenção, que busque romper com as atribuições de caráter conservador, superando as determinações institucionais, construindo uma intervenção que legitime sua mediação a partir dos usuários, ampliando-se suas ações aos demais movimentos e organizações da sociedade neste campo.

1.2.4. Sistema de Aplicação de Medidas Sócio-educativas

Para falar em sistema de aplicação de medidas sócio-educativas, é preciso lembrar que o cerne da discussão está relacionado à questão da criança e do adolescente. Como explicitado na parte introdutória do presente trabalho, bem como no subitem que trata sobre o Poder Judiciário,

um dos primeiros espaços de atuação do assistente social se deu na esfera judiciária, por meio dos Juizados de Menores.

Segundo Fávero (1999), uma das autoras que mais tem contribuído para a elaboração de produção bibliográfica na esfera no campo sóciojurídico, principalmente por ter atuado nesse âmbito por muitos anos, afirma que a inserção do Serviço Social está localizada no interior da organização judiciária, sendo este um órgão autônomo e independente dos Poderes Executivos e Legislativos, porém, integrando um órgão do Estado, enquanto operacionalizador de ações referentes aos direitos fundamentais e sociais da população. Dessa forma, a atuação do assistente social está localizada nas comarcas, como menor unidade administrativa do Poder Judiciário, e vinculada no Juizado de Menores, ao Juiz de Direito titular da Vara, sendo o profissional de Serviço Social requisitado como auxiliar para subsidiar a ação judicial.

Historicamente, o Juízo de Menores estabelece práticas judiciárias que o legitimam como instância de regulação, controle e disciplinamento de comportamentos de crianças e adolescentes de famílias pobres, requisitando para tal a intervenção de algumas profissões, dentre elas a de Serviço Social. (FÁVERO, 1999).

Essa função exercida pelo Juízo de Menores, estava arraigada a uma postura conservadora e autoritária por parte dos profissionais do Direito. Segundo Meneghetti (2009), nas primeiras décadas do século XX, o problema do menor, era tratado como caso de polícia, demandando ações coercitivas e repressivas por parte do Estado, a fim de corrigir e regenerar a ameaça social do menor, sendo visto pelo poder público, como objeto de controle e não como sujeitos dignos e detentores de direitos. (FÁVERO, 1999).

Esse caráter coercitivo e repressivo, como forma de tentar solucionar os problemas relacionados à criança e adolescente predominou durante muitos anos, e sempre foram tratados como a questão do “menor”, uma expressão pejorativa que ainda persiste tanto no âmbito jurídico como na própria sociedade, expressa nos veículos de comunicação, minimizando a importância da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos.

Somente a partir das discussões realizadas em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que o termo “questão do menor” caiu em desuso, pelo sentido negativo que representa, mas que ainda é comumente falado nas diversas esferas da sociedade. Porém, frente a um processo histórico extremamente conservador, de caráter repressivo, como era encarado a questão da criança e do adolescente, a

partir do referido Estatuto tem-se um avanço tanto em termos de uma nova concepção e entendimento sobre o assunto, como também do próprio ordenamento legal, que dispõe de maneira organizada e sistemática os direitos e deveres desses sujeitos.

Nesse sentido, o sistema de aplicação de medidas sócio-educativas refere-se ao conjunto de medidas aplicadas aos adolescentes que cometeram ato infracional⁹. Esse sistema não compreende um espaço sócio-ocupacional em si, mas torna-se objeto do campo sóciojurídico, por ser um amplo espaço de atuação do assistente social, tanto na esfera judiciária, por meio das Varas da Infância e Juventude, como no próprio Ministério Público.

As atividades desenvolvidas nas Varas da Infância e Juventude compreendem, dentre outras, ações como: atendimento à população no plantão; visitas domiciliares; ações de guarda de crianças; adoção; destituição do pátrio poder (atualmente denominado poder familiar); abrigo; internação; e outras atividades, incluindo sugestões, indicações e pareceres de uma determinada medida sócio-educativa a ser tomada em uma situação de prática de ato infracional cometida por adolescente. (FÁVERO, 1999).

Cabe ressaltar que está previsto no ECA, não somente a aplicação de medidas sócio-educativas, mas também o conjunto de medidas de proteção à crianças e adolescentes, sempre que os direitos reconhecidos na Lei forem ameaçados ou violados: “I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e III – Em razão de sua conduta.” (BRASIL, 1990).

Inclusive as medidas de proteção dispostas no artigo 101, incisos de I a VI, também são aplicáveis como medidas para os adolescentes que cometerem algum tipo de ato infracional, levando em consideração as necessidades pedagógicas, que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, conforme preceitua o Artigo 100, do ECA.

As medidas sócio-educativas constantes do ECA, estão descritas no Art. 112 e seguintes, conforme segue abaixo:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – advertência;

⁹ Segundo o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ato infracional refere-se à conduta descrita como crime ou contravenção penal. As crianças que cometerem ato infracional, caberão as medidas de proteção previstas no artigo nº 101, do ECA.

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida;

V – inserção em regime de semi-liberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo Único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

A discussão do fazer profissional na execução dessas medidas é um tema que carece de produções teóricas e requer uma capacitação constante na formação continuada dos profissionais que atuam nessa área. (FREITAS, 2011). Embora, não seja objetivo analisar cada uma das medidas socioeducativas, serão destacadas de forma concisa o que pressupõe cada uma dessas sanções, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 05: DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS	
<i>I – advertência;</i>	Implica o adolescente comparecer perante a autoridade judicial e ser advertido por ela quanto a sua prática infracional.
<i>II – obrigação de reparar o dano;</i>	A medida de obrigação de reparar o dano significa que o adolescente deverá devolver, restituir, compensar a vítima.

<i>III – prestação de serviços à comunidade;</i>	O adolescente vai realizar tarefas gratuitas de interesse da coletividade.
<i>IV – liberdade assistida;</i>	O adolescente será orientado sistematicamente por profissionais, objetivando a reinserção familiar e comunitária saudável, acompanhando-se a escolarização e a possibilidade de profissionalização.
<i>V – inserção em regime de semi-liberdade;</i>	Visa conter o agir delituoso por meio da privação de liberdade, mas ao mesmo tempo garantindo maior acompanhamento e participação da família.
<i>VI – internação em estabelecimento educacional;</i>	A medida de internação pode ser considerada a mais restritiva, visto que é a de privação completa de liberdade, ficando o adolescente afastado do convívio diário com sua família e a comunidade. De acordo com o ECA, a medida de internação só pode ser aplicada em caso de ato infracional grave, descumprimento de medida anterior ou quando o adolescente cometer o mesmo ato infracional diversas vezes.
<i>VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.</i>	Esse item refere-se às medidas de proteção constantes nesse artigo, nos referidos incisos, e servem como orientação pedagógica, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Fonte: (BRASIL, 1990); e (FREITAS, 2011).

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Embora a ação profissional do assistente social não se resuma apenas a esse sistema, ele tem um papel fundamental tanto no Ministério Público como no Poder Judiciário, onde está sendo apurada a prática de algum ato infracional, o assistente social vai fornecer subsídios para uma decisão judicial ou para a denúncia ao Ministério Público, que fará a averiguação de tal irregularidade, para a sanção das medidas sócio-educativas e medidas de proteção.

Essa breve compreensão do sistema de aplicação de medidas sócio-educativas, não pretendeu discutir todos os elementos e condicionantes pressupostos para uma análise mais aprofundada do tema. Porém, pode-se afirmar que vários autores e profissionais que atuam nesse âmbito afirmam que há pouca produção teórica em relação a essa temática, o que dificulta o processo de formação continuada, bem como a capacitação teórico-metodológica para se problematizar os entraves, desafios e possíveis melhorias na esfera na qual se insere esse sistema.

1.2.5. Defensorias Públicas/Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas

A Assistência Jurídica gratuita é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, a qual diz que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.” Além disso, está previsto no artigo nº 134 da CF/88, que a Defensoria Pública “[...] é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados”, conforme disposto no artigo citado anteriormente.

A Lei nº 1060 de 05 de fevereiro de 1950, o qual estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, ratifica o usufruto deste benefício aos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que considera como necessitados aqueles cuja “situação econômica não lhe permita pagar os custos do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”.

A Defensoria Pública tal como está proposta na Carta Magna, será organizada por lei complementar de cada Estado, mas que vincula que o profissional que atue nessa esfera, seja concursado. No Estado de Santa Catarina, a assistência jurídica gratuita, tem sido realizada através Defensoria Dativa regulada pela Lei Complementar nº 155, de 15 de abril de 1997, cuja assistência é prestada pelos advogados dativos, que atuam somente quando requisitados, geralmente feito por meio de um sorteio realizado pela própria Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina – OAB/SC. Ressalta-se que o Estado de Santa Catarina é o único que não dispõe de uma Defensoria Pública.

No site da OAB/SC, constam várias características que enfatizam a importância do modelo de assistência jurídica catarinense, porém, em nenhum momento é avaliado como realmente funciona essa assistência judiciária, diferentemente de uma Defensoria Pública, regulamentada e fiscalizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Além disso, a OAB/SC, estipulou um critério de renda para se ter acesso à Defensoria Dativa, de três salários mínimos. Takashima (1998, p. 34), afirma que:

Na área da Justiça, os critérios seletivos contam com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), que exige o critério de renda máxima de três (3) salários mínimos para os candidatos à prestação de serviços serem aceitos; os demais ficam excluídos do

atendimento, para não haver concorrência desleal com a atuação dos advogados particulares.

Além disso, pode-se dizer que alguns dos advogados dativos são recém ingressantes do quadro de profissionais formados e inscritos na OAB, o que na maioria das situações revela um despreparo técnico e muitas vezes, a falta de interesse deste profissional às demandas que lhe são impostas. Só para dar um exemplo, em um noticiário divulgado no portal de notícias do CNJ, sobre o mutirão realizado no sistema carcerário de Santa Catarina, foram analisados nove mil e quinhentos processos, sendo que destes, o mutirão reconheceu direitos a mais de um mil e quinhentos presos, entre eles mais de setecentas liberdades. (MONTENEGRO, 2011).

A juíza Soraya Brasileiro informou ao governador que, pela quantidade de benefícios concedidos pelo mutirão, o sistema de Advocacia Dativa (segundo o qual a assistência jurídica a presos é terceirizada para a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB) não funciona satisfatoriamente. O diagnóstico foi feito com base nas inspeções do mutirão às unidades prisionais do Estado. “Durante as inspeções, ouvimos inúmeras denúncias feitas por internos de que os advogados não os atendem de maneira satisfatória”, afirmou. De acordo com a magistrada, o trabalho do mutirão mostrou a necessidade da criação da Defensoria Pública do Estado. Santa Catarina é a única unidade federativa sem o órgão, o que contraria a Constituição Federal. (MONTENEGRO, 2011).

Não cabe aqui analisar ou avaliar todas as implicações e determinantes que perpassam o modelo de assistência jurídica catarinense, mas pode-se afirmar que há um grande interesse mercadológico existente nesse âmbito, o que tem sido um entrave para a implementação de uma Defensoria Pública, que realmente atenda aos interesses da população, como forma de garantir o amplo acesso à Justiça.

Em relação aos Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas, levanta-se a discussão a partir da própria experiência de estágio obrigatório, que se dá junto ao Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ¹⁰, o qual foi um dos elementos motivadores para se elaborar a presente pesquisa. O EMAJ, tal como qualquer outro escritório ou serviço de assistência jurídica gratuita, funciona como campo de estágio obrigatório para todos os acadêmicos da graduação do curso de

¹⁰ Observa-se que na Grande Florianópolis, existem outros escritórios de assistência jurídica gratuitas tais como: Escritório Modelo de Advocacia da UNIVALI de Biguaçu e São José; Escritório Modelo de Advocacia da UNISUL, em Palhoça; Escritório de Atendimento Jurídico Gratuito do CESUSC, norte da ilha; e Escritório de Assistência Jurídica da Estácio de Sá, em São José.

Direito. Dessa forma, cada universidade que ofereça o curso de Direito, também disporá de um escritório de assistência jurídica.

O escritório de assistência jurídica gratuita da UFSC, foi criado no ano de 1975, a partir de um movimento dos alunos do curso de Direito, que instigou o desenvolvimento deste projeto. Dessa forma, em 1975, foi criado como DIAPRAJ – Departamento de Prática Jurídica, a qual integrava o antigo Departamento de Direito Processual e Prática Forense.

No ano de 1993, o EMAJ foi reestruturado, passando a ter uma nova metodologia, bem como um adquiriu um novo espaço físico, vinculado ao Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no Campus Universitário – Trindade, Florianópolis, Caixa Postal 476, CEP 88040-900.

Nesse mesmo ano, um convênio firmado entre a Seccional Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, a Procuradoria Geral de Justiça e a UFSC, instituíram a Vara de Execução do Fórum da UFSC, para atender a demanda do EMAJ. Já em 1999, com a criação do Fórum Distrital Norte da Ilha, denominado Fórum Desembargador José Arthur Boiteaux, localizado no Campus Universitário, o EMAJ, passou a fazer os encaminhamentos judiciais para este Fórum.

O EMAJ tem como missão: “qualificar os futuros profissionais do Direito durante sua formação acadêmica, conciliando os interesses da população carente com o acesso à Justiça¹¹”, e além disso, tem os seguintes objetivos específicos:

[...] inserir técnicas alternativas, extrajudiciais, de solução de conflitos como: mediação – conciliação – negociação e arbitragem; oferecer à comunidade a possibilidade de uma justiça alternativa, comunitária e célere; (re)qualificar pessoal para empresas ou instituições (públicas e privadas); buscar atividades de integração e de intercâmbio com outros profissionais de instituições externas, para permitir uma visão mais ampliada dos diferentes serviços disponíveis; e avaliar os conflitos nas relações intrafamiliares e interpessoais, buscando identificar a demanda a ser assistida ou encaminhada.¹²(EMAJ, 2011).

Os usuários que procuram a assistência no EMAJ, primeiramente são atendidos na Secretaria, composta por estagiários e professores do Direito, onde é realizada uma pré-triagem, são informados dos documentos necessários para serem atendidos pela instituição, que possui como critérios para que os usuários possam acessá-lo, os seguintes requisitos: ser residente no

¹¹ Disponível em <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/>. Acesso em 10/04/2011.

¹² Disponível em <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/objetivos.html>. Acesso em 10/04/2011.

município de Florianópolis e possuir uma renda familiar de até três salários mínimos. Esses critérios já são informados aos usuários na Secretaria, e após, são encaminhados ao Serviço Social, para análise socioeconômica, estudo e encaminhamentos.

Cabe destacar, então, segundo consta no site do EMAJ¹³, que o mesmo tem o objetivo principal de qualificar os estagiários do curso de Direito até a formação profissional, possibilitando também o acesso a Justiça de uma parte da demanda economicamente vulnerável, que não dispõe de recursos financeiros para custear um processo judicial ou até mesmo os honorários advocatícios, e acaba funcionando como um complemento da Defensoria Dativa de Santa Catarina, já que não dispõe de uma Defensoria Pública.

No que tange a dinâmica institucional do EMAJ, o usuário primeiramente é atendido pela Secretaria da instituição, composta por profissionais e estagiários do curso de Direito, os quais orientam o usuário acerca dos documentos necessários para ter acesso ao EMAJ, já dito anteriormente. A partir daí, percebe-se um panorama conflitivo que envolve as diferentes concepções entre o Serviço Social e o Direito, enquanto profissões dotadas de diferenciadas percepções da realidade. Esses diferentes saberes geram formas distintas de interpretar e intervir nas demandas que chegam ao EMAJ.

Essa disputa é vivenciada cotidianamente na instituição, não como algo posto, estabelecidos institucionalmente, mas sim, pela concepção fragmentada e simplista que os profissionais e estagiários de Direito têm sobre o Serviço Social nesse espaço, entendendo que o mesmo está inserido nesse campo apenas para realizar a triagem¹⁴, com o intuito de averiguar se os usuários podem ou não acessar os serviços prestados pela instituição, conforme critérios pré-determinados pela mesma. Contudo, se o exercício profissional do Serviço Social fosse apenas para realizar a ‘triagem’ neste espaço institucional, não haveria necessidade de nossa intervenção, já que a triagem pode ser feita por qualquer profissional, independente de sua formação acadêmica.

Nesse sentido, o Serviço Social contribui não apenas com o preenchimento do cadastro de análise sócio-econômica, mas faz uma entrevista qualificada, a fim de observar se além da demanda do direito, existe alguma situação de vulnerabilidade social, dando a devida orientação e encaminhamento a rede sócio-assistencial e/ou outras instituições que sejam necessárias. Ou

¹³ Disponível em <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/objetivos.html>. Acesso em 10/04/2011.

¹⁴ A triagem concebida enquanto mero procedimento de cadastro, não constitui especificidade do Serviço Social, sendo apenas um procedimento burocrático.

seja, está presente no fazer profissional, uma capacidade técnico-operativa, pautada no conhecimento teórico-metodológico da profissão, e com fulcro no projeto ético-político, para se fazer essa entrevista qualificada.

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2004; p. 56).

Ou seja, ao assistente social é incumbido o saber relativo ao seu objeto de trabalho. Nesse sentido, mesmo que o Serviço Social faça uma análise sócio-econômica de cada usuário atendido no EMAJ, é indispensável estar calcado em um saber teórico-metodológico e ético-político capaz de lhe dar apoio à formulação de uma determinada intervenção profissional.

Segundo o Ante-Projeto elaborado por professores e assistentes sociais, bem como com os estagiários do Serviço Social, foram definidos quais são os objetivos deste nessa instituição:

Objetivos gerais: Contribuir na viabilização do acesso à justiça e aos direitos sociais a partir das demandas dos usuários apresentadas ao EMAJ, tendo em vista fortalecer o processo de construção da cidadania; Qualificar o EMAJ como espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão do Serviço Social no campo sócio-jurídico, contribuindo para uma formação qualificada e competente do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo; **Objetivos específicos:** Proporcionar atendimento qualificado à população usuária do EMAJ na área de Serviço Social; Realizar estudos socioeconômicos a fim de garantir o acesso dos usuários à assistência jurídica; Democratizar as informações e o acesso ao serviço disponível de acordo com a demanda apresentada, para que os usuários do EMAJ tenham e/ou adquiram conhecimento e clareza com relação aos seus direitos; Articular com a rede socioassistencial do município para assegurar a atenção às demais necessidades dos usuários, identificadas pelo Serviço Social; Realizar pesquisas que contribuam para a produção de conhecimento sobre o Serviço Social no campo sócio-jurídico e temas afins; Constituir o EMAJ como campo de estágio em Serviço Social. (EMAJ, 2010).

Importante destacar, que o Serviço Social conta com uma estrutura precária no EMAJ, como falta de espaço físico, infra-estrutura, na questão de recursos materiais, entre esses: computadores e impressoras, e ainda realiza os seus atendimentos nos espaços que as equipes do direito utilizam, onde, são divididos por biombos, comprometendo o sigilo profissional.

As atribuições dos professores/supervisores no EMAJ, além de contribuir para os objetivos supra citados, é também orientar e acompanhar os estagiários em Serviço Social, já que são professores do Departamento do Serviço Social.

Os instrumentais mais utilizados no EMAJ pelo Serviço Social são: entrevistas individual ou coletiva, por meio de atendimentos específicos do Serviço Social e/ou interdisciplinar com a equipe do direito; registro diário; relatório social; observação; reunião entre outros. Aqui os instrumentais devem ser compreendidos como:

[...] o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica. [...] o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação participante etc. (MARTINELLI & KOUMROYAN, 1994; p.137).

Essa dimensão de instrumental permite ao assistente social uma “intervenção dialética” com o seu objeto de trabalho, permitindo muito mais uma interação do que propriamente uma ação unilateral. Nesse sentido, há de se considerar que a entrevista tanto individual quanto coletiva, como um dos instrumentos mais utilizados do Serviço Social no EMAJ, requer uma habilidade para se estabelecer um diálogo com o usuário.

Conforme falam Lewgoy e Silveira (2007, p.237):

A coleta de dados requer habilidades do entrevistador na identificação e na seleção das necessidades e demandas apresentadas pelos entrevistados. As informações colhidas servirão de subsídios para a avaliação das prioridades e definição das situações que, ao longo da(s) entrevista(s), serão questionadas e aprofundadas, tendo como referência os objetivos definidos anteriormente, ou (re)definidos no seu processo. Durante a entrevista, o assistente social tem de assegurar a apreensão do conteúdo comunicado, tanto pela linguagem verbal como pela não-verbal, e assim compreender a realidade que se apresenta através dos sentimentos, dos desejos e das necessidades sociais.

É a partir da entrevista qualificada por parte do assistente social, que se viabiliza uma reflexão sobre as questões muitas vezes implícitas em um atendimento ao usuário, atendendo não somente as demandas do direito, mas também àquelas da qual o Serviço Social está apto para realizar, com base numa perspectiva crítica e dialética. É preciso se ter uma visão da totalidade, para não cair no cotidiano dos atendimentos individuais, caso a caso, fragmentando a percepção e intervenção profissional.

Segundo Sousa (2008), não se pode analisar uma determinada situação apenas em sua singularidade, pois corre o risco de perder a visão da dimensão social da vida humana. Além disso, afirma que nos atendimentos realizados pelo Serviço Social, deve ser analisada tanto a

dimensão da singularidade, quanto da dimensão da universalidade, que requer um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, na dinâmica de atendimento do EMAJ, a entrevista torna-se a ferramenta indispensável e necessária para o exercício profissional. É a partir deste instrumento, que outros instrumentais também são utilizados, tais como registro, os relatórios situacionais, os encaminhamentos para a rede sócioassistencial, que fazem parte do cotidiano profissional. Após a entrevista, é feito o registro de cada atendimento em um quadro de registro de atendimentos, anotando-se as informações principais sobre a qualificação do usuário, qual foi sua demanda, e qual foi seu encaminhamento.

Além disso, são utilizados alguns documentos nos atendimentos que são: o cadastro – que compreende parte da análise sócio-econômica, fazendo as anotações relativas ao cadastro pessoal; o relato síntese – que visa fazer um breve relato do atendimento, explicitando qual é a demanda e qual foi seu encaminhamento, reservando-se a questão do sigilo profissional; e o termo de compromisso – que compreende um documento do EMAJ, no qual o usuário se responsabiliza pelas declarações prestadas, bem como para estar participando e acompanhando o seu processo, através de esclarecimentos, documentos, ligando para a equipe responsável do direito¹⁵, ou seja, resume-se a um compromisso do usuário em estar disponível e interessado no andamento do seu processo. Observa-se que o cadastro do usuário e o relato síntese de cada atendimento, são digitalizados em uma pasta eletrônica do Serviço Social, para fins de registro e consulta do Serviço Social.

Sobre o relato síntese é bom destacar que:

A conceituação de síntese alude à capacidade de extrair um denominador comum entre as inúmeras comunicações provindas durante a entrevista, que muitas vezes aparentam as diferenças entre si, mas que simbolizam significações opostas que fazem parte das contradições. A síntese consiste em fazer uma totalidade, enquanto juntar consiste em fazer uma nova ligação, isto é, ligar um fato a outros que e estavam aparentemente desconectados. (LEWGOY e SILVEIRA, 2007, p. 248-249).

¹⁵ Após o atendimento do Serviço Social, se o usuário for encaminhado para o atendimento do direito, uma equipe composta por estagiários do direito e um professor supervisor, ficarão responsáveis por todo o trâmite do processo, os quais entregarão ao usuário um bilhete com o nome da equipe e o telefone para acompanhamento do processo. Cabe destacar, que quando há uma demanda para o Serviço Social, é feita uma articulação com a rede sócioassistencial, para encaminhamento do mesmo, a partir de um processo de intervenção qualificado do assistente social.

Faz-se necessário esses registros, pois são estes que vão possibilitar uma análise e reflexão crítica da população usuária do serviço prestado pelo EMAJ. De acordo com Sousa (2008) todo o processo de registro e avaliação de qualquer ação, representa um conhecimento prático produzido pelo profissional, além de contribuir para a sistematização das informações e até mesmo para a construção da história do Serviço Social na instituição.

Outro instrumento importante, que faz parte do processo de entrevista é a observação. A observação deve fazer parte do processo interventivo do assistente social, para ter uma aproximação maior da realidade a ser conhecida, com um objetivo de produzir um conhecimento que possa compreender a realidade. (SOUSA, 2008).

Deve ser entendida também, como um instrumento indispensável para o levantamento de dados qualitativos, possibilitando a participação conjunta do profissional e do usuário. Para que isso ocorra, é necessário fazer os registros e anotações, mas que deve ter um objetivo bem determinado, dentro do programa a se realizar, não tanto enquanto estudo, mas com a intenção de conhecer a realidade e saber quais são as questões mais significativas, tendo como interesse uma inserção maior com o usuário.

Outro elemento importante, para ser observado, como parte de um instrumental para o Serviço Social, é a reunião. No EMAJ, a reunião tem sido utilizada como meio de se avaliar a dinâmica profissional do Serviço Social; sua relação com o direito; os atendimentos aos usuários; e a apreensão dos estagiários como proposta de formação profissional. Dessa forma, as reuniões necessariamente possibilitam um processo de discussão e avaliação do campo profissional e do campo de estágio, enquanto espaço de formação de futuros assistentes sociais.

Nas reuniões realizadas nesse âmbito, é discutida também a questão da infra-estrutura que o Serviço Social tem dentro do EMAJ, objeto de grande discussão, na busca de se obter um espaço físico e infra-estrutura adequados ao Serviço Social, até mesmo para a preservação do sigilo profissional nos atendimentos aos usuários.

Por isso, entender a importância dos instrumentais em Serviço Social, contribui para um possível encaminhamento do usuário a uma determinada rede sócioassistencial, quando necessário, ou então, receber a devida orientação e esclarecimentos necessários sobre os seus direitos, já que é também um dever do assistente social, de acordo com o código de ética profissional. Essa articulação do Serviço Social com a rede sócioassistencial possibilita uma garantia no acesso do usuário não somente a sua demanda jurídica, mas também ao acesso dos

direitos sociais básicos, seja na área da saúde, previdência ou assistência, o que acontece também nas Defensorias Públicas dos outros Estados.

O que ressaltamos, porém, não é apenas os instrumentais e técnicas utilizadas para cada atendimento em particular, mas sim, a importância que as bases teórico-metodológicas da profissão, vão embasar e qualificar o profissional para a elaboração de projetos, programas e propostas de intervenção profissional, as quais vão nortear o profissional do Serviço Social a utilizar e criar instrumentais técnico-operativos que possibilitem atender justamente aos objetivos do Serviço Social na instituição, que é o acesso à justiça, a garantia dos direitos sociais, o reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direito e não apenas usuário de um determinado programa ou projeto.

Por ter uma aproximação maior com esse modelo de assistência jurídica, foram destacadas algumas das atividades e instrumentais mais utilizados no cotidiano dessa instituição, não minimizando a intervenção profissional das demais áreas de atuação do campo sóciojurídico. Além disso, embora as reflexões tenham sido esboçadas sobre o escritório de assistência jurídica, a atuação do Serviço Social no âmbito da Defensoria Pública torna-se tão relevante e mais importante como um espaço garantido pela Constituição Federal, e que tem sido alvo de grande luta por parte de movimentos sociais, organizações, e até por profissionais do Serviço Social e do Direito, que buscam pela implementação de um modelo de assistência jurídica gratuita, que garanta o real acesso à Justiça, com qualidade, e por profissionais capacitados para o exercício dessa função de grande amplitude.

2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO

Esta seção visa descrever o percurso metodológico para a elaboração do presente trabalho, mapeando as principais áreas de concentração da produção teórica dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, categorizando-os a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como por eixos temáticos. Além disso, propõe algumas considerações sobre a produção de conhecimento do Serviço Social em relação a esse espaço sócio-ocupacional.

2.1. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia, entendida enquanto processo científico, utilizada para o presente trabalho esteve calcada na abordagem dialética marxista, que segundo Minayo (2010), privilegia a qualidade dos fatos e das relações sociais entendendo que a qualidade e a quantidade são inseparáveis e interdependentes, o que pressupõe a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro processos, objeto de grandes discussões de várias correntes sociológicas que abordam a temática da Metodologia.

Dessa forma, a abordagem do problema da pesquisa buscou desenvolver conceitos, ideias, entendimentos, análise e interpretação do conteúdo em relação aos dados coletados, caracterizando-se por uma pesquisa quanti-qualitativa.

O percurso decorrido para a coleta de dados do presente trabalho, teve como universo de pesquisa setenta e cinco (75) publicações da Revista Serviço Social e Sociedade, correspondente ao período compreendido entre 1990 e 2011, das quais todos os artigos que versavam sobre o campo sóciojurídico, escritos pela categoria profissional do Serviço Social, foram selecionados para a presente análise, correspondendo à vinte (20) artigos.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Universitária da UFSC, bem como na biblioteca do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina – CRESS/SC, entre os meses de julho à outubro do corrente ano. Cabe ressaltar que para a coleta de dados, foi elaborado um instrumento de pesquisa que contemplasse os

objetivos específicos deste trabalho, conforme o Apêndice A, sendo que a pesquisa foi realizada a partir dos títulos dos artigos, dos seus resumos, bem como pela leitura seletiva.¹⁶

Com base nesse levantamento bibliográfico, foram identificados vinte (20) artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade que versavam sobre o campo sóciojurídico, conforme consta no quadro abaixo:

QUADRO 06: A PRODUÇÃO TEÓRICA DO S.S. NO CAMPO SÓCIOJURÍDICO:

EDIÇÃO Nº	TÍTULO DOS ARTIGOS	NOME DOS AUTORES
33	A prisão.	Maria Soares de Camargo.
48	A experiência com famílias substitutas em Kent.	Louis Ruddlesden, traduzido por Viviane N.A. Guerra.
63	Adoção ou Abrigos de tipo ideal?	Lucinete Santos
67	Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte.	Miriam Krenziger A. Guindani
67	O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade.	Jailson Rocha Siqueira
67	Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social.	Andréa Almeida Torres
67	Contravenção: crime e relação de gênero.	Candida Moreira Magalhães
67	Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da Justiça.	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
67	Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares.	Silvia Helena Chuairi

¹⁶ Esse tipo de leitura diz respeito a leitura na qual o leitor já tem previamente os seus objetivos pré-estabelecidos, com o intuito de encontrar palavras-chave e elementos de seu interesse, para depois realizar a leitura integral do texto. (MANOSSO, 2011).

67	Perícia Social: proposta de um percurso operativo.	Regina Célia Tamaso Miotto
67	Família de Apoio: uma experiência inovadora.	Abigail Aparecida de Paiva Franco
67	Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal.	Elizabete Terezinha Silva Rosa
72	Penas Alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social.	Maria Inez Osório Stumpf
77	Impunidade ou inimputabilidade	Vicente de Paula Faleiros
81	Direitos Sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade.	Carmen Silveira Oliveira, Maria Palma Wolff, Marta Conte e Ronaldo César Henn
81	Direito à convivência familiar.	Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia Silva Oliveira
89	O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social.	José Fernando Siqueira da Silva
92	Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil	Janete Aparecida Giorgetti Valente
93	As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer?	Simone Ferreira
105	Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos.	Tais Pereira de Freitas

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 33, 48, 63, 67, 72, 77, 81, 89, 92, 93 e 105.
Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Com o objetivo de mapear os principais espaços jurídicos de concentração das produções publicadas, e tendo como referência a delimitação das áreas abrangidas como sendo integrantes

do campo sóciojurídico, conforme mencionado no item 1.2, foi realizado um mapeamento da produção teórica por área de atuação, tal como pode ser observado no gráfico abaixo¹⁷:

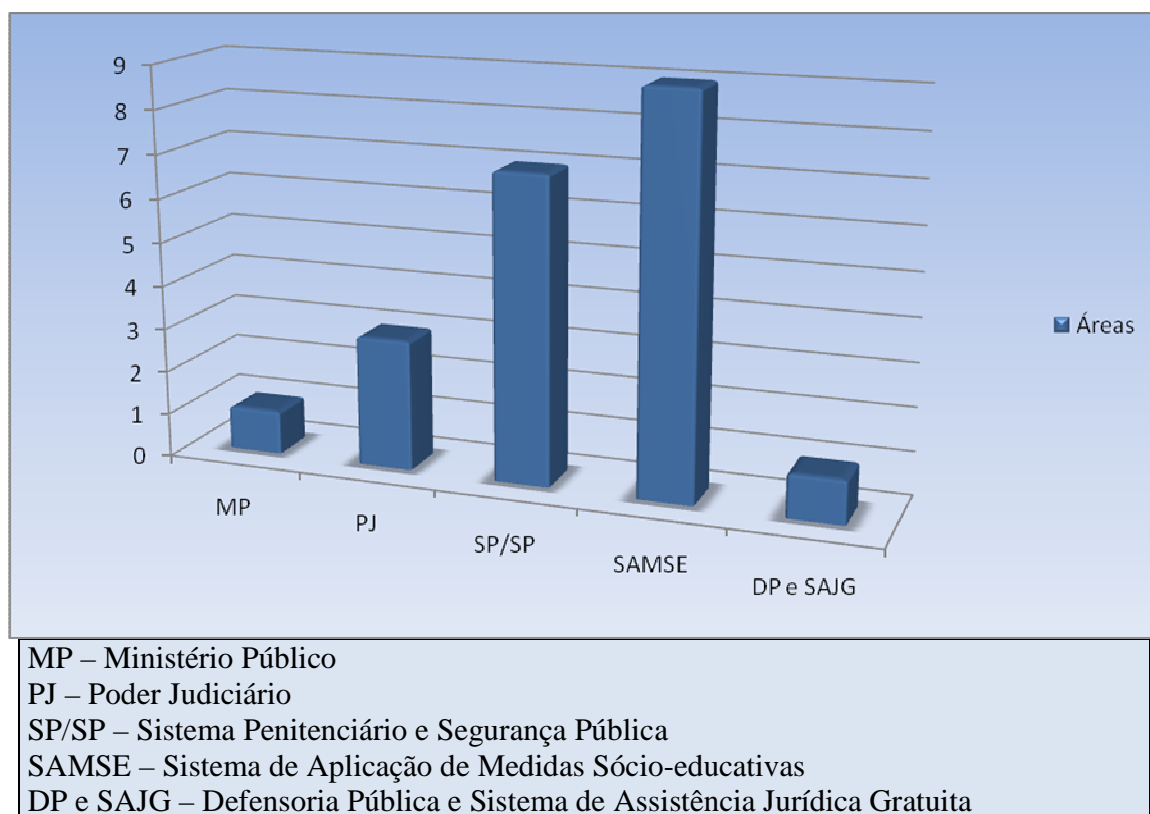


Gráfico 1 – Número de Artigos por Área

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 33, 48, 63, 67, 72, 77, 81, 89, 92, 93 e 105.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Observa-se que há uma concentração na publicação de artigos relacionados ao Sistema de Aplicação de Medidas Sócio-educativas e Sistema Penitenciário/Segurança Pública, sendo que dos vinte artigos escritos, dezesseis (80%) referem-se a esses sistemas, enquanto que dois (10%) estão relacionados ao Poder Judiciário; um (5%) diz respeito a Defensoria Pública e Sistema de Assistência Jurídica Gratuita; e um (5%) refere-se tanto ao Poder Judiciário quanto ao Ministério Público.

Esse gráfico indica que a produção teórica sobre o campo sóciojurídico, demonstra um destaque maior às áreas que foram um dos primeiros espaços de atuação profissional do Serviço Social. É possível afirmar que, de acordo com o breve resgate histórico sobre a inserção do

¹⁷ No Apêndice A, consta qual a área correspondente a cada artigo.

Serviço Social no campo sóciojurídico, desenvolvido na primeira seção deste trabalho, é justamente no Juizado de Menores e no Sistema Penitenciário que a profissão começa a desenvolver o seu fazer profissional, como divisão social e técnica do trabalho e não mais enquanto voluntariado, porém, isso não quer dizer que o aspecto extremamente conservador da profissão estava escuso. (NETTO, 2001).

Pelo contrário, o Serviço Social se insere como profissão justamente para regular e intervir nos conflitos existentes, oriundos das contradições sócio-econômicas do capital, com o intuito de “ajustar”¹⁸ os indivíduos aos interesses da classe burguesa, ou seja, servindo para resolução dos problemas sociais de modo individualizado, atrelado aos ditames da Igreja Católica, a qual tinha por objetivo o (re)ajuste do indivíduo à sociedade. (NETTO, 2001); (FÁVERO, 1999).

Em relação às outras áreas de atuação do Serviço Social, foram poucos os artigos publicados que tratavam sobre o Ministério Público, o Poder Judiciário e sobre a Defensoria Pública/Sistema de Assistência Jurídica Gratuita, porém, é importante destacar que apesar de não haverem muitos artigos que tratem diretamente sobre o Ministério Público e o Poder Judiciário, o sistema de aplicação de medidas sócio-educativas integram esses espaços, aonde são averiguados e julgados: (processos de guarda e adoção, suspensão e extinção do poder familiar; proteção dos direitos de crianças e adolescentes; apuração de atos infracionais; e a própria aplicação das medidas sócio-educativas). Dessa forma, ainda que não diretamente, essas áreas de atuação também fazem parte em grande medida da produção teórica relativa ao campo sóciojurídico publicada na Revista em questão.

No que concerne à Defensoria Pública e ao Sistema de Assistência Jurídica Gratuita, há somente um artigo relacionado a este âmbito profissional, sendo um campo considerado recente, já que foi regulamentado no final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal. É um espaço considerado novo para a atuação do Serviço Social, mas que representa um campo amplo de atuação, devido a grande demanda populacional que busca o acesso à Justiça via assistência jurídica gratuita.

Portanto, um dos principais espaços de produção teórica relativa a esse espaço sócio-ocupacional diz respeito à matéria do sistema de aplicação das medidas sócio-educativas, bem como relativo ao sistema penitenciário, os quais serão discutidos enquanto eixos temáticos no item 2.3.

¹⁸ Aqui, o termo ajustar diz respeito a forma como o Serviço Social trabalhava, voltado para um ajuste da conduta moral do indivíduo, focando numa perspectiva moralista e individualista.

2.2. CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS A PARTIR DAS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, ÉTICO-POLÍTICA E TÉCNICO-OPERATIVA

O exercício profissional do assistente social não pode estar desvinculado das relações sociais, econômicas, políticas, ou seja, deve ser entendido dentro de um processo histórico, vinculado às transformações societárias, compreendendo-o enquanto processo condicionado a essas transformações.

Buscar conhecer as dimensões fundantes da nossa profissão, implica em pensarmos sobre o processo teórico-metodológico da profissão, o qual muitas vezes é objeto de pouca reflexão justamente por estarmos inseridos em uma sociedade, aonde requer-se um pragmatismo cada vez mais eficiente e produtivo, segundo o modo de produção no qual vivemos, porém, é necessário destacar que muitas vezes no Serviço Social:

a “prática” é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços -, seu “cliente”- desvinculada da “questão social” e das políticas sociais. Essa visão ahistórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão, - desqualificado como “teoricismo” - em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda. (IAMAMOTO, 2006, p. 8).

Ou seja, não basta atentarmos para uma análise pragmática da profissão, cuja raiz renova o caráter conservador da profissão, pelo contrário, é necessário depreender e articular as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, pois não estão dissociadas. Entender o processo teórico-metodológico na profissão nos incentiva a compreender que nem sempre houve esse movimento reflexivo acerca do exercício profissional do assistente social. Historicamente, o Serviço Social caracterizou-se como uma profissão interventiva, Souza (2008, p. 120) “que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social”, ou apenas como executor de políticas sociais, que eram pensadas por outras categorias profissionais e membros do governo, dividindo-se o trabalho intelectual e trabalho manual, enquanto no primeiro eram pensadas as políticas sociais, e no segundo plano, quem executava as políticas sociais.

Essa análise pragmática da profissão foi o cerne da discussão no Movimento da Reconceituação, que justamente criticava a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho

manual, apresentando ainda uma visão conservadora da profissão, denominando-se essa corrente por Netto (2001) “intenção de ruptura”, que a partir daí:

foi levantada a necessidade de que a profissão se debruçasse sobre a produção de um conhecimento crítico da realidade social, para que o próprio Serviço Social pudesse construir os objetivos e (re)construir objetos de sua intervenção, bem como responder às demandas sociais colocadas pelo mercado de trabalho e pela realidade. (SOUZA, 2008, p. 121).

Esse processo teórico, calcado principalmente nas teorias marxistas e obras marxianas, permite uma reflexão crítica que vai embasar o exercício profissional, na medida em que possibilita uma visão da totalidade do seu objeto de intervenção. Nessa dimensão da competência teórico-metodológico o profissional deve ser qualificado para poder conhecer a realidade, política, social, cultural e econômica na qual atua, sendo-lhe necessário um acúmulo teórico-metodológico que lhe permita desvelar o real, o aparente na sociedade, buscando apreender sua essência, seu movimento, possibilitando novas perspectivas profissionais. (SOUZA, 2008).

Essa perspectiva teórica possibilita uma atribuição e competência ao assistente social, que não se resume a apenas ser uma profissão interventiva, pelo contrário, contribui para a produção científica e intelectual acerca do exercício profissional, da realidade a ela relacionada, do seu objeto de intervenção, ou seja, de toda a compreensão do Serviço Social, entendida no modo de produção capitalista.

Estabelecer uma problematização e categorização acerca do material teórico escrito sobre o campo sóciojurídico na Revista Serviço Social e Sociedade, a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, torna-se relevante justamente por buscar construir uma reflexão crítica acerca dessa produção relacionada a esse espaço sócio-ocupacional.

Sendo assim, elaborou-se um gráfico indicando quais as dimensões tiveram uma maior centralidade nos artigos objetos deste trabalho, conforme segue abaixo:

QUADRO 07: A CENTRALIDADE DAS DIMENSÕES NOS ARTIGOS:

DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	
A prisão.	Maria Soares de Camargo.
Contravenção: crime e relação de gênero.	Candida Moreira Magalhães
Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha

Justiça.	
Impunidade ou inimizabilidade	Vicente de Paula Faleiros
Direitos Sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade.	Carmen Silveira Oliveira, Maria Palma Wolff, Marta Conte e Ronaldo César Henn
O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social.	José Fernando Siqueira da Silva
Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil	Janete Aparecida Giorgetti Valente
As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer?	Simone Ferreira
Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos.	Tais Pereira de Freitas
DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA	
Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social.	Andréa Almeida Torres
Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal.	Elizabete Terezinha Silva Rosa
Penas Alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social.	Maria Inez Osório Stumpf
DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA	
A experiência com famílias substitutas em Kent.	Louis Ruddlesden, traduzido por Viviane N.A. Guerra.
Perícia Social: proposta de um percurso operativo.	Regina Célia Tamasso Miotto
Família de Apoio: uma experiência inovadora.	Abigail Aparecida de Paiva Franco
MAIS DE UMA DIMENSÃO	
Adoção ou Abrigos de tipo ideal?	Lucinete Santos
O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade.	Jailson Rocha Siqueira
Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte.	Miriam Krenziger A. Guindani
Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares.	Silvia Helena Chuairi
Direito à convivência familiar.	Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia Silva Oliveira

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 33, 48, 63, 67, 72, 77, 81, 89, 92, 93 e 105.
Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Cabe ressaltar que a categorização acima destaca a dimensão na qual o autor mais focou na escrita de seu artigo, não estando dissociada das demais dimensões ou minimizando-as. Dessa forma, esse gráfico vai apresentar as dimensões mais abordadas em cada artigo, não sendo analisado de uma maneira fracionada, mas sim, a partir da relevância que cada uma das dimensões possui no processo de reflexão e construção teórica.

Observa-se a partir do quadro acima, que nove artigos tiveram uma centralidade maior da perspectiva teórico-metodológica. Essa dimensão representa algumas atribuições e competências profissionais, com respaldo nos princípios e diretrizes do Código de Ética profissional de 1993, que vai compor juntamente com outros elementos fundantes o projeto-ético do Serviço Social. O exercício profissional não se atrela somente à obrigação de cumprir os princípios e diretrizes do Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão, mas deve ter um respaldo para um processo interventivo reflexivo e dialético, na medida em que se apropria da importância do processo teórico-metodológico.

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, p. 12; 2006).

Dessa forma, o aprofundamento do conhecimento teórico-metodológico deve fazer parte de um processo contínuo de formação, o qual vai embasar a compreensão do significado social do exercício profissional, na ótica da totalidade, interferindo tanto no processo de intervenção, como nos resultados de sua ação interventiva.

Para isso, torna-se necessário interpretar as relações sociais em cada contexto, implicando apreender as condições de trabalho, o conteúdo e a direção social atribuídos a esse processo, as estratégias desenvolvidas na ação profissional e os resultados obtidos, passando pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças política, econômica e cultural no nível societário, articulando, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados, expressando a realidade na qual o sujeito está inserido, o que depende de uma “apropriação teórico-metodológica para leitura dos processos sociais, princípios éticos, a clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado”, o que pressupõe a eleição das

estratégias desenvolvidas, a qualidade e os resultados dos serviços prestados. (IAMAMOTO, 2006, p. 23).

Já a análise da dimensão ético-política, abordada em três artigos, conforme consta no quadro nº 7, torna-se tão relevante quanto às demais dimensões, porém, é a partir desta que o assistente social estará alicerçado para exercer e compreender as ações interventivas. Entender o processo ético-político requer o entendimento da dimensão ética, pois, é alvo de debate e reflexão em nível nacional apenas quando se trata da reformulação do Código de Ética. (BARROCO, 2006). Por isso, se faz necessário uma breve apreensão da ética. A ética discute questões concernentes à moral, que por discuti-la requer uma reflexão filosófica, que segundo Barroco (2006, p. 75) apresenta como características principais:

- a busca de um “saber inteiro”, isto é, de totalidade; - a perspectiva de “ir às raízes”, ou seja, de não se contentar com a aparência dos fenômenos, buscando apreender a sua essência; - a constante indagação sobre o significado dos valores, o que, no caso da ética, quer dizer perguntar o porquê da escolha de valores e para onde esta escolha me leva.

Dessa forma, refletir sobre a ética, vai além da compreensão apenas do próprio Código de Ética Profissional, que tem por finalidade explicitar os deveres e direitos dos profissionais de uma forma legal. A reflexão da ética pressupõe a discussão dos valores, da moral, à luz da filosofia, que vai justamente fazer a correlação entre as mesmas, não definindo-a à uma mesma coisa, mas entendendo a partir da sua totalidade.

Não se pretende fazer uma análise epistemológica da ética, mas apenas elucidar brevemente alguns conceitos necessários a presente análise. Nesse sentido,

A ética, como apreensão teórica da moral diz respeito aos seus fundamentos e à busca do significado histórico dado aos valores: diz respeito às raízes dos problemas, à busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade. Ética profissional, neste sentido, deveria ser a disciplina que discute estas questões em relação às peculiaridades de cada profissão, mas sem nunca restringir a ética à dimensão de uma profissão. (BARROCO, 2006, p.81).

A análise da dimensão ético-política da profissão, diz respeito diretamente à ação interventora do assistente social, tendo por base a discussão da ética não só enquanto código, mas enquanto embasamento teórico filosófico que norteia a sua ação, e como ação ético-política, pois cada assistente social tem um projeto profissional que influencia no processo técnico-operativo.

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Cabe destacar que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos. (BARROCO, 2009, p.175).

Por isso, nenhuma ação em si mesma, é resultado apenas de uma aprendizagem dos instrumentos técnicos, ou seja, ou representa um cunho conservador, ou uma visão a partir da práxis, da construção crítica e dialética, sendo que em ambas existe um projeto ético-político que norteia sua ação, seja ela voltada para atender os interesses da classe trabalhadora, ou então para apenas reproduzir e ser um executor de programas e políticas sociais.

Assim, o projeto profissional, bem como as suas dimensões éticas e políticas, aderidas pelo assistente social, “supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade”, o que nem sempre vai representar uma concordância entre os papéis sociais e as atividades desenvolvidas pelos indivíduos, surgindo assim os conflitos morais – “que ocorrem quando os valores podem ser reavaliados, negados ou afirmados”. (BARROCO, 2009).

A ética profissional vai justamente buscar teorias sociais ou na própria filosofia, o embasamento para a sua reflexão ética, as quais representam mais firmemente os ideais e projetos profissionais dos assistentes sociais, enquanto cidadãos e também enquanto categoria.

Com base na discussão do campo sóciojurídico, objeto deste trabalho, elegeu-se alguns princípios norteadores do Código de Ética profissional, que estão estritamente relacionados a esse âmbito sócio-ocupacional, para fundamentar a dimensão ético-política que norteia a ação interventiva do assistente social. Cabe lembrar que os princípios em si mesmos não são isolados, mas foram construídos historicamente através de um processo de luta, que visasse a universalidade dos direitos ali elencados, e que estão intrinsecamente relacionados de forma dialética.

Dentre alguns dos princípios norteadores do Código de Ética do Serviço Social, e que estão presentes no cotidiano profissional de quem atua no campo sóciojurídico, destacam-se: 1) *Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo*; 2) *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à*

*garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; 3) o posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; e 4) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional*¹⁹.

O primeiro princípio citado acima é destacado conforme afirmam Paiva e Sales (2006, p. 184):

alerta para o fato de que os assistentes sociais, sobretudo da segunda metade dos anos 70 até hoje, vêm se posicionando contra todo tipo de abuso de autoridade, torturas, violência doméstica, grupos de extermínios; isto é, vêm demonstrando historicamente a sua firme vinculação à luta em favor dos direitos humanos. Tal formulação estabelece-se, pois, como uma exigência imprescindível para a consecução dos nossos valores éticos, uma vez que sua violação contraria os postulados básicos da humanização e sociabilidade igualitária.

Por estarmos discutindo um espaço, aonde os conflitos sociais, sejam eles gerados pela violência doméstica, pelo descumprimento das leis trabalhistas, contratuais, ou pelas desigualdades sociais existentes nas mais variadas esferas da sociedade, o acesso à Justiça torna-se o último recurso de mediação desses conflitos para a resolução dos mesmos. O trabalho exercido pelo assistente social deve garantir as condições de acesso à Justiça.

Além disso, ter a compreensão da importância desse artigo é indispensável, pois, o assistente social inserido no campo sóciojurídico, lida justamente com várias situações de violações dos direitos humanos, sejam relacionadas à criança e do adolescente, à mulher, ao idoso, ou à própria pessoa enquanto sujeito de direitos.

O princípio que fala da *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*, deve representar uma universalização desses direitos, pois para além do plano individual, o próprio projeto ético-político profissional, instiga e sustenta a formulação de projetos coletivos.

Sabe-se que em vários locais de trabalho, sejam em instituições públicas e/ou privadas, as condições de trabalho dos assistentes sociais são precárias, muitas vezes, por falta de recursos,

¹⁹ Foram escolhidos estes por estarem mais veementemente implícitos nos artigos ora pesquisados, não reduzindo a importância e a existência dos demais princípios nos artigos. Aliás, todos os princípios devem fazer parte do cotidiano profissional seja qual âmbito for. Observa-se ainda que a numeração dada aos princípios ora analisados, não representa o grau de importância ou a ordem do Código de Ética, serve apenas facilitar o processo de análise.

falta de espaço, por uma lógica institucional contrária ao projeto ético-político da profissão, mas que não exclui a possibilidade do profissional ser um mediador entre a população usuária e à universalização de direitos, tal como afirmam Paiva e Sales (2006, p. 188):

A mediação exercida pelo profissional, na tensão entre a universalização de direitos e os limites econômicos decretados pela lógica da lucratividade, exige o trabalho politicamente engajado na potencialização das reivindicações e interesses presentes nos conflitos, de forma a estabelecê-los como direitos. Assim, o cotidiano institucional – viabilização do acesso a benefícios, triagem, plantões etc. –, marcado por pressões dessa natureza, solicita ao profissional, com frequência, a produção de estratégias teórico-metodológicas e políticas que não devem se distanciar dos fins e princípio éticos. As respostas a serem construídas em meio à imediaticidade dessas demandas, imprescindíveis e inadiáveis, não podem, contudo, se resumir ao enfrentamento de fatos isolados, estanques ou absolutizados. Isto quer dizer que, à consciência da importância da intervenção nos problemas engendrados neste dinamismo não deve seguir a subestimação e/ou negação dos projetos coletivos de médio ou longo prazo, a exemplo do que indicam os princípios do Código.

Por isso, há uma necessidade em se pensar em projetos coletivos, que demonstrem a reflexão e a problematização de fatores que não podem simplesmente ser analisados na singularidade, mas sim, a partir dos diversos fatores e relações sociais que engendram determinada demanda.

Isso torna-se um desafio na medida em que grande parte dos atendimentos realizados no âmbito da Justiça são individualizados, e devem atentar para a questão do sigilo profissional na relação com os usuários. Porém, há mediações nas quais o profissional pode e deve desenvolver uma ação coletiva, problematizando uma determinada demanda, tendo em vista justamente a ampliação e consolidação da cidadania, garantindo os direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora.

O terceiro princípio, diz respeito *ao posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*, que em concordância com os demais princípios, deve nortear o assistente social a intervir com base na universalização de direitos, possibilitando o acesso aos serviços e riquezas sociais, em defesa da equidade e justiça social.

Essa dimensão da universalidade deve estar presente no fazer profissional do assistente social, para “[...] fortalecer cada vez mais, junto aos usuários, o entendimento de que eles têm direito ao franco trânsito e alcance em termos de programas e políticas, enquanto primeira forma de viabilizar a distribuição de riquezas produzidas no seio da sociedade capitalista”. (PAIVA e

SALES, 2006, p.191). Isso vai possibilitar um processo de democratização da população usuária, na medida em que o assistente social instiga essa reflexão no seu fazer profissional.

No quarto princípio, que trata do *compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional*, pode-se dizer que é uma perspectiva muito importante que deve estar presente no exercício profissional do Serviço Social, na perspectiva de uma formação continuada, garantindo um aprofundamento teórico-metodológico que estabeleça uma proficiência nos atendimentos realizados aos usuários, a partir de uma visão ético-política, aonde a mediação realizada pelos assistentes sociais possa se dar de duas formas:

- como interiorização dos valores e princípios éticos profissionais, suscitadora de novas posturas e projetos de intervenção, pondo-se os conteúdos teóricos recebidos em movimento ou suscitando a consciência da necessidade de novo investimento na capacitação profissional; enfim, como enriquecimento dos carecimentos individuais e profissionais, enquanto uma opção pelo difícil, como signo do crescimento e não pelo conformismo e acomodação fáceis; - ou ainda, como construção pessoal e profissional mais completa, que requer a participação consciente e ativa, seja nos fóruns da categoria, seja nos espaços coletivos de discussão e formulação de políticas públicas, e também junto aos movimentos sociais e demais organismos democráticos de atuação política. (PAIVA e SALES, 2006, p.191).

O que se pode ressaltar nessa análise, é que o processo ético-político não é algo isolado e desconexo das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa. No entanto, é fundamental para a construção e consecução de um projeto profissional que vai além da concepção da ética enquanto código de normas e condutas, mas que possa contribuir para uma reflexão teórica crítica e filosófica que produza uma práxis transformadora na intervenção profissional.

Na perspectiva da dimensão técnico-operativa, abordada mais veementemente em três artigos, conforme indicado no quadro 07, não deve ser discutida à parte das demais dimensões. Apesar de historicamente o Serviço Social ter se caracterizado por sua prática interventiva, a qual visava produzir mudanças na vida social dos usuários, e por tal razão, ainda permanece uma prevalência no meio profissional em se discutir sobre a questão da instrumentalidade. No entanto, muitos estudos acabam sendo analisados de maneira fragmentada tendo em vista que não há uma articulação com o conhecimento teórico da profissão, além de não abranger o projeto ético-político profissional como integrantes desse processo interventivo. (SOUSA, 2008).

A instrumentalidade deve ser concebida como:

[...] o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica. [...] o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação participante etc. (MARTINELLI, 1994, p.137).

Essa dimensão de instrumental permite ao assistente social uma intervenção dialética com o seu objeto de trabalho, permitindo muito mais uma interação do que propriamente uma ação unilateral. Não obstante, a compreensão das dimensões do Serviço Social rebate a ideia difundida no Serviço Social de que há uma dissociação entre a teoria e prática, distanciando a relação entre a “investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica”. (SOUSA, 2008). Esse discurso fundamenta-se principalmente pelas ações repetidas cotidianamente, baseadas na experiência profissional.

O que aí aparece, e se coloca tanto como um entrave à intervenção quanto como uma derivação e exigência de uma determinada concepção acerca da relação teoria/prática, é a aplicação de modelos na análise e diagnóstico da realidade; a utilização de técnicas e instrumentos retirados de manuais; o estabelecimento de princípios, normas e regulamentos das ações e aceitação acrítica dos já instituídos, prevalecendo uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto e de neutralidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo. (GUERRA, 2010, p.172).

Esse pensamento conforma o processo de conservadorismo, vivenciado desde os primórdios da profissão, dicotomizando a teoria e a prática, onde a dinâmica da realidade, ao não relacionar os fatos, fenômenos e processos aos sistemas, descoladas das relações sociais, políticas e econômicas, revela uma ineficácia desse modo de interpretação da realidade, produzindo “[...] uma falsa ilusão de que para o Serviço Social a teoria, na prática é outra”. (GUERRA, 2010).

Essa separação, entre uma e outra, reproduz exatamente uma relação de causalidade, aonde o profissional tende a pensar sobre o seu objeto de trabalho, apenas como sendo determinado por fatores econômicos, excluindo-se da análise os demais aspectos que constituem a concepção das expressões da questão social, corroborando para uma análise acrítica e longe de uma perspectiva teórico-dialética.

Entendemos que, na falsa interpretação que jaz no meio profissional, de que a teoria na prática é outra, comparecem duas determinações que se vinculam a um mesmo processo: o modelo analítico-interpretativo da realidade que orienta o assistente social dificulta-lhe a apreensão da racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, das leis,

tendências, articulações e possibilidades, ao que se combina a racionalidade subjetiva dos sujeitos individuais que, de modo singular, incorporam esse determinado modelo de racionalidade com o qual apreendem os fatos e fenômenos sociais e constroem suas representações e auto-representações. (GUERRA, 2010, p.176).

A compreensão da dimensão teórico-metodológica da profissão, articulada ao projeto ético-político, norteará o assistente social em suas intervenções superando a dicotomização entre a teoria e a prática. Além disso, estará trabalhando numa perspectiva da realidade, que a compreenda na sua totalidade e conseqüentemente resulte num fazer profissional diferenciado. Porém, o saber teórico-crítico, não pressupõe que a intervenção profissional seja realizada com qualidade.

À teoria, compete revelar as mediações que constituem a prática, mostrando que esta é um processo histórico determinado pela ação dos homens, e assim, pode-se referenciá-la, discutindo inclusive os seus instrumentos e técnicas. Dessa forma, a teoria vai subsidiar a utilização desses instrumentos, imputando-lhes uma finalidade, uma análise, um conceito e conteúdo, dando um significado próprio a esse instrumental, condizente com os princípios teóricos que o orientam. (SANTOS, 2010).

Essa discussão sobre as dimensões vai fornecer subsídios à compreensão dos artigos relativos ao campo sóciojurídico, que tiveram em sua análise uma predominância em relação à uma determinada dimensão, e também àqueles cinco artigos (destacados no quadro 07), que abrangeram mais de uma dimensão. Como dito anteriormente, a presente categorização não pretendeu fragmentar os artigos enquadrando-os em determinadas dimensões, mas sim, ressaltar para o plano do conhecimento uma reflexão crítica que pudesse trazer o conceito e as especificidades de cada dimensão, ao mesmo passo em que se discute a suas inter-relações.

Portanto, torna-se relevante a discussão sobre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para o plano do campo sóciojurídico, com vistas à subsidiar a leitura crítica dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade que versam sobre esse temário, bem como para provocar uma reflexão que se traduza em uma produção teórica sobre o âmbito sóciojurídico que articule essas três dimensões sem fragmentar ou minimizar a importância de cada uma delas.

2.3. CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS POR EIXOS TEMÁTICOS

Considerando o campo sóciojurídico, neste item será desenvolvida uma categorização dos artigos por eixos temáticos, onde vai privilegiar a análise dos temas gerais mais abordados nos artigos estudados, bem como ressaltando algumas singularidades observadas nos mesmos.

Nessa perspectiva, a partir da leitura dos artigos, foi então subdividida os artigos nos seguintes eixos temáticos:

- **Sistema Penitenciário:** Compreende os artigos que de alguma forma se relacionam com o sistema penitenciário, como os referentes a prisão, a aplicação de penas alternativas, dentre outros;
- **Criança e Adolescente:** neste tópico, serão abordados todos os artigos que tratam sobre a questão da criança e do adolescente, seja em relação as medidas sócio-educativas, ou em relação aos direitos relativos à eles;
- **Violência e Gênero:** resume-se a discussão dos artigos que tratam especificamente sobre a violência e gênero;
- **Exercício Profissional do Assistente Social:** Nesse eixo, serão tratados dois artigos de extrema relevância para o Serviço Social que está inserido no campo sóciojurídico, os quais referem-se a questão da perícia social e da assistência jurídica e o Serviço Social.

Para visualizarmos essa categorização, pode ser observado o gráfico que segue, o qual quantifica os artigos relacionados aos eixos temáticos supra referidos:



Gráfico 2 – Temas abordados nos artigos

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 33, 48, 63, 67, 72, 77, 81, 89, 92, 93 e 105.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Como pode ser verificado, há uma predominância de artigos relacionados ao sistema penitenciário e voltados à questão da criança e do adolescente, revelando que a produção teórica do Serviço Social no campo sóciojurídico, a partir da Revista de maior destaque profissional da categoria, concentra-se tanto num espaço cada vez mais requisitado ao Serviço Social, no que se refere à criança e ao adolescente, seja no Ministério Público ou Poder Judiciário, como também num campo que apesar da sua larga trajetória histórica – Sistema Penitenciário - ainda representa um espaço onde a inserção do assistente social é pequena, pela própria oferta de concursos públicos destinados a esse âmbito.

A fim de categorizar os artigos a partir dos eixos temáticos, após leitura minuciosa do periódico em estudo, o material foi estruturado para apresentação, relacionando os artigos e os temas presentes nos artigos.

2.3.1. Sistema Penitenciário:

Os artigos que versam sobre o sistema penitenciário são os seguintes:

QUADRO 08: ARTIGOS RELATIVOS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Títulos dos Artigos	Nome dos Autores	Temas
A prisão.	Maria Soares de Camargo.	Prisão
Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte.	Miriam Krenziger A. Guindani	Sistema Penitenciário
O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade.	Jailson Rocha Siqueira	Sistema Penitenciário
Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social.	Andréa Almeida Torres	Sistema Penitenciário
Penas Alternativas:	Maria Inez Osório Stumpf	Execução de Penas alternativas

rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social.		
Direitos Sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade.	Carmen Silveira Oliveira, Maria Palma Wolff, Marta Conte e Ronaldo César Henn	Penas Privativas de Liberdade

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 33, 67, 72, e 81.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Dentre esses artigos, cabe destacar a discussão que gira em torno da prisão. A prisão, para além da discussão de uma instituição destinada aos condenados, que cometeram algum tipo de delito ou crime, vai ser debatida por alguns autores, como sendo um instrumento de dominação e estigmatização. Camargo (1990) ressalta que a prisão, a lei, a forma de aplicá-la e o sistema de penas servem para controlar os comportamentos dos presos, estando conectado a interesses determinados, com base em um conjunto de mecanismos de dominação. Segundo a autora, a principal técnica de administração encontrada foi a de transformar um infrator de algum artigo do código penal num delinquente consumado, fazendo-se isso de modo privilegiado na prisão, e posteriormente por carregar consigo um estigma de ex-presidiário.

Tanto Camargo (1990), Guindani (2001) e Siqueira (2001), vão abordar a mesma perspectiva analisada por Foucault, em seu livro intitulado “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, destacando o poder simbólico de representar o processo de normalização da vida social, ou seja, as instituições, inclusive a prisão, eram organizadas de modo a intervir sobre o corpo humano, com o intuito de treiná-lo, torna-lo obediente, submisso, dócil e útil, a partir de uma lógica de modificação dos indivíduos. Esse aspecto representou desde a Revolução Industrial, um interesse em tentar estabelecer um poder, visando uma transformação de comportamentos sociais do apenado, por meio dos esquemas de vigilância, punições e recompensas.

Tal pensamento conforma uma lógica ambígua na medida em que esse processo de tornar o indivíduo submisso e obediente tanto se dá na esfera prisional, como no próprio seio da sociedade, por meio das escolas, quartéis, oficinas, enfim, numa série de instituições que vão conduzir a um determinado tipo de comportamento social. (FOUCAULT, 2003).

Na sociedade disciplinar a prisão é uma instituição simbólica, exemplar. Seu sucesso reside também na ambiguidade em ser e não ser imagem da própria sociedade. É

imagem enquanto os mecanismos de dominação, que na prisão são transparentes, perpassam toda a organização social com o objetivo de transformar a vida humana em força produtiva. Por outro lado, aparece à sociedade como a sua anti-imagem, como o seu contrário, pois, pelo fato de ser separada, discriminada, permite aos que se encontram fora de seus muros a sensação de serem livres. (CARVALHO, 1990, p. 141).

Não obstante a essa discussão, o Serviço Social está inserido nesse campo de atuação desde os primórdios da profissão, como visto na primeira seção do presente trabalho. Nesse sentido, torna-se importante estabelecer uma relação entre discussão do desafio ético-político do Serviço Social, face à violação dos direitos humanos vivenciados tanto no interior do sistema penitenciário, quanto na esfera da sociedade, onde o preso, estigmatizado, não consegue ser reintegrado à sociedade, relacionando à questão da exclusão social, temas estes abordados nos artigos do Siqueira (2001), Torres (2001) e Oliveira et al (2005).

O Serviço Social, atuando no enfrentamento das expressões da questão social, tem que ter a compreensão da exclusão, como uma dessas expressões, o que vai rebater diretamente no seu fazer profissional. (IAMAMOTO, 1999). O conceito de exclusão deve ser, pois, compreendido na dinâmica da sociedade vigente, a qual (re)produz pelo modo de produção capitalista a atenuação dessa condição.

Na realidade brasileira, a exclusão é um termo impreciso, que admite vários sentidos, parece haver certo consenso em sua associação à problemática da desigualdade social. Circulando num cenário onde habitam a pobreza, a miséria, a indigência, outros termos também de contraditória definição empírica, a exclusão se delinea e se firma como fruto perverso do capitalismo brasileiro. Constitui-se de certa forma como evolução e limite máximo, de um quadro de carências que vêm se acentuando historicamente, carências essas que extrapolam as fronteiras dos bens tidos como materiais e atingem o amplo e complexo campo da privação das condições básicas para o exercício da cidadania. (JUNCÁ, 1996, p. 108).

Esse quadro de exclusão social tende a se agravar, na medida em que há uma apropriação privada e a falta de uma política distributiva de renda vão contribuir “para a criação de um contingente cada vez maior de desempregados e de marginalizados socialmente.” (SIQUEIRA 2001, p. 57).

O trabalho no meio prisional, como meio de se assegurar uma atividade produtiva, como redutor de pena, sendo regulamentado não pelas legislações trabalhistas, mas pela própria Lei de

Execuções Penais, que poderia propiciar uma forma de reintegração do preso à sociedade²⁰ após o cumprimento de sua sentença, trás consigo um caráter negativo, da forma como está estabelecido na lei, pois, se para o homem livre, o trabalho tornou-se um suplício, já que o salário não é suficiente para a sua subsistência, para o apenado, é um suplício ainda maior, na medida em que torna-se uma maneira de punir o preso, educando-o para as mais variadas formas de exploração da força de trabalho. (SIQUEIRA, 2001).

Além disso, mesmo após o cumprimento da pena, o preso tem que procurar um emprego para poder se manter. Ao se deparar para uma entrevista por exemplo, ele tem que apresentar dois currículos: um refere-se ao registro de experiências profissionais, que quando aparece é precário, e o outro, refere-se ao registro jurídico-penal, no qual consta o seu histórico como infrator da lei. Esse duplo sentido reduz ainda mais a possibilidade de seu ingresso no mercado de trabalho. (OLIVEIRA ET AL, 2005).

O Serviço Social inserido nesse âmbito ainda lida com várias expressões do desrespeito e da violação dos direitos humanos, caracterizados pela violência física e moral, tais como espancamentos, maus-tratos, castigos arbitrários, condições insalubres nas celas, ausência de atendimentos médicos entre outros. (TORRES, 2001). Ainda, segundo esta autora, o sistema penitenciário brasileiro, é um violador dos direitos dos presos e das presas.

O desafio ético-político do Serviço Social está posto: de um lado, atenuam-se cada vez mais o processo de exclusão social, a marginalidade, a criminalidade, a violação dos direitos humanos dos apenados, enfim, uma série de expressões da questão social, resultado de um projeto societário capitalista; e por outro lado, o Serviço Social, que intervém no conjunto das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta nesse campo, determinações tradicionais às suas atribuições, não conseguem assumir o avanço da profissão e o compromisso ético-político conquistados no próprio Código de Ética Profissional, para o enfrentamento dessas questões.

O fundamento teórico-metodológico e ético-político do assistente social que atua nesse espaço sócio-ocupacional deve ter uma concepção de direitos humanos que, seja capaz de elucidar a problemática existente nesse âmbito, dentro do contexto político, econômico, social, cultural existente, ou seja, da concretude da realidade, tal como afirma Flores (2010, p. 108 e 109):

²⁰ Trata-se de expressão funcionalista, que indica que enquanto o indivíduo está privado de liberdade ele não pertence à sociedade.

Los derechos humanos deben ser entendidos como los procesos sociales, económicos, políticos y culturales que, por un lado, configuren materialmente –a través de procesos de reconocimiento y de mediación jurídica– ese acto ético y político maduro y radical de creación de un orden nuevo; y, por otro, la matriz para la constitución de nuevas prácticas sociales, de nuevas subjetividades antagonistas, revolucionarias y subversivas de ese orden global opuesto absolutamente al conjunto immanente de valores –libertad, igualdad, solidaridad– que tantas luchas y sacrificios han necesitado para su generalización. [...] derechos humanos, no son meramente normas jurídicas nacionales o internacionales, ni meras declaraciones idealistas o abstractas, sino procesos de lucha que se dirijan abiertamente contra el orden genocida y antidemocrático del neoliberalismo globalizado. El sujeto antagonista se constituye en ese proceso y se reproduce en la riqueza de sus prácticas sucesivas.

No artigo da Stumpf (2002), que traz uma discussão voltada ao cumprimento de penas alternativas, aonde ao invés de sentenciar o condenado à uma pena privativa de liberdade, criou-se a possibilidade de prestar serviços à comunidade, doações, prestação pecuniária, limitação de fim de semana, a partir da experiência da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas – VEPMA, o Serviço Social passou a ser incorporado nessa Vara, e passou a executar o acompanhamento dessas medidas.

Esse processo torna-se relevante na medida em que cumpre uma função social. Permite uma mudança de paradigma: o preso ao invés de submeter-se à exclusão social vivida no interior do sistema prisional, pode, por meio da pena alternativa, ser incluído socialmente, convivendo de forma solidária nas instituições conveniadas, contribuindo assim para uma transformação da sociedade. (GREGGIANIN ET AL, 2000, p. 442).

Observa-se através dos artigos pesquisados, que há um vasto campo de discussão e problematização a ser realizado sobre esse eixo temático, o que não pretende ser desenvolvido neste trabalho, mas apenas, instiga o processo reflexivo tanto para os profissionais que atuam nesse âmbito, como para aqueles que de alguma forma tem contribuído para a produção teórica acerca desse temário. Ressalta-se ainda, a similaridade em algumas reflexões trazidas no interior desses artigos, revelando que há uma produção teórica pautada num pensamento crítico, que não se contenta apenas em deter-se nas particularidades intrínsecas a esse campo.

2.3.2. Criança e Adolescente:

O eixo temático relativo à criança e adolescente por estar sendo discutido dentro de um contexto do campo sóciojurídico, abrangerá, de um modo geral, artigos que estão direta ou

indiretamente relacionados ao adolescente autor de ato infracional, às medidas de proteção e medidas sócio-educativas, ou seja, relativos ao direito de proteção integral e responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sendo este um instrumento importante no processo de consolidação dos direitos concernentes à criança e ao adolescente.

Cumpr-se destacar que os temas abordados nos artigos objetos desta pesquisa bibliográfica são os seguintes:

QUADRO 09: ARTIGOS RELATIVOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Títulos dos Artigos	Nome dos Autores	Temas
A experiência com famílias substitutas em Kent.	Louis Ruddlesden, traduzido por Viviane N.A. Guerra.	A criança em família substituta
Adoção ou Abrigos de tipo ideal?	Lucinete Santos	Adoção/Abrigo
Família de Apoio: uma experiência inovadora.	Abigail Aparecida de Paiva Franco	Colocação Familiar
Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal.	Elizabete Terezinha Silva Rosa	Ato Infracional/ Rebaixamento da idade penal
Direito à convivência familiar.	Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia Silva Oliveira	Convivência Familiar
Impunidade ou inimputabilidade	Vicente de Paula Faleiros	Rebaixamento da idade penal.
Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil	Janete Aparecida Giorgetti Valente	Acolhimento Familiar
As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer?	Simone Ferreira	Ato Infracional
Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos.	Tais Pereira de Freitas	Medidas Sócio-educativas

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 48, 63, 67, 77, 81, 92, 93 e 105.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

As autoras Valente (2007), Gueiros & Oliveira (2005), Guerra (1995), Franco (2001), abordam questões relativas à família substituta, aqui entendida como colocação familiar ou ainda na perspectiva da família de apoio. Dessa forma, torna-se importante conceituar a família como elemento central destas reflexões.

A “família é um sistema aberto em transformação; isto é, constantemente recebe e envia *inputs* para/ e do extrafamiliar, e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta.” (MINUCHIN, 1982, p. 56). Ou seja, não é um sistema fechado e isento de sofrer interferências. Muito pelo contrário, é um sistema que se relaciona tanto entre seus membros, quanto com outras pessoas, com as mais variadas formas das relações econômicas, políticas, sociais, bem como com as instituições políticas, religiosas, educacionais e ainda, com o mundo do trabalho entre outros.

A família vem se configurando de maneira cada vez mais complexa e variada, não existindo um modelo a ser seguido, ou um modelo padrão existente. Historicamente, sabe-se que a família vinha sendo concebida e ainda é, por grande camada da sociedade contemporânea, como um modelo nuclear, aonde a família é composta por um pai, uma mãe e seus filhos, e acreditam ser este o modelo da família “estruturada”²¹. Porém, na contemporaneidade, as configurações familiares vêm se dando de maneiras complexas e diferentes.

Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abalam de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a idéia de um modelo “adequado”. Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. No que se refere às relações conjugais, quem são os parceiros? Que família criaram? Como delimitar a família se as relações entre pais e filhos cada vez menos se resumem ao núcleo conjugal? Como se dão as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos de casais em situações tão diferenciadas? Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade. (SARTI. 2005, p. 25).

A entrada da mulher no mundo do trabalho trouxe também várias alterações no núcleo familiar, sendo hoje muito comum as mulheres chefiarem suas famílias. Os vínculos familiares são construídos na sua dinamicidade, engendrando uma série de fatores, inclusive nas representações construídas sobre os papéis feminino e masculino, ou ainda, nas relações de

²¹ Este conceito, comumente falado na sociedade, remonta o contraponto destacado por Mioto (2004) ao tratar da família desestruturada”. [...] Cada vez mais é utilizado para nomear as famílias que falharam no desempenho das funções de cuidado e proteção dos seus membros e trazem dentro de si as expressões de seus fracassos, como alcoolismo, violências e abandonos. Assim, se ratifica a tendência de soluções residuais aos problemas familiares (MIOTO, 2004, p. 53-54).

gênero. (FÁVERO, VITALE & BAPTISTA, 2008). Segundo Goldani (1994, p. 10): “As famílias brasileiras resultam de um complexo de fatores inter relacionados cortado por desigualdades espaciais, econômicas, raciais e culturais que tornam difícil prognosticar o seu futuro.”

Situar o conceito de família torna-se justamente essencial por representar uma série configurações e representações que estas têm no seio da sociedade. Porém, cabe destacar que a família

[...] é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às expectativas vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa na família. (SARTI, 1999, p. 100).

No que concerne à criança e ao adolescente [...] “são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”. (VOLPI, 1997, p. 14). Ter essa compreensão de família, sujeito às várias transformações e relações sociais, econômicas, políticas, culturais, bem como a criança e adolescente enquanto integrantes desse convívio familiar, torna-se relevante para se pensar no presente eixo temático.

Tanto o abrigo como a colocação familiar, ou família substituta são medidas específicas de proteção, conforme consta no art. 101, incisos VII e VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente. No parágrafo único do artigo 101 do ECA, diz o seguinte: “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. Porém, Santos (2000) salienta que apesar de estar estabelecido um caráter excepcional e passageiro, tornam-se local de moradia até a idade limite aceita pela instituição, aonde as crianças/adolescentes acabam perdendo a chance de serem adotadas e poderem partilhar de uma infância/adolescência mais apropriada e segura.

Isso porque, segundo a referida autora, mesmo com os avanços garantidos em uma legislação específica para a criança e o adolescente, muitas instituições de recolhimento, ou atualmente chamadas de instituição de acolhimento institucional, conforme a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, apesar de terem na história sido chamadas de roda de expostos, casa dos expostos, internatos, orfanatos etc, continuam reproduzindo alguns aspectos negativos dessas instituições.

Nesse ínterim, as autoras Valente (2007), Gueiros & Oliveira (2005), Guerra (1995) e Franco (2001), contribuem com algumas reflexões sobre a colocação familiar, destacando-se, porém, apenas alguns elementos gerais para a análise, não adentrando profundamente na problematização de tais artigos.

A criança ou adolescente que tiveram seus direitos violados, seja por uma situação de violência doméstica, maus-tratos, abandono entre outros, devidamente identificados pelas instituições competentes, podem ser encaminhadas para uma medida de proteção nas modalidades de guarda, tutela e adoção, conforme preceitua o ECA, ou seja, para uma colocação em família substituta.

A tutela e a adoção pressupõe a destituição do poder familiar, tal como normatizado no ECA. Porém, as autoras vão dar destaque a colocação em família substituta no caráter da guarda, enquanto passível de ser um movimento temporal, e ainda como forma de se “[...] evitar o seu abrigamento (ou proceder o seu desabrigamento) e sua exposição aos riscos que a vivência na rua oferece”. (GUEIROS & OLIVEIRA, 2005, p. 128).

A medida de colocação em família substituta sob a forma de guarda configura-se de forma flexível, podendo ser utilizada em diversas circunstâncias, tendo em vista a premissa do melhor interesse da criança e a garantia do seu direito à convivência familiar e comunitária. A guarda pode ser deferida como medida de proteção, fora dos casos de adoção e tutela e fora dos casos de guarda satisfativa (definitiva), para atender as “situações peculiares ou a falta eventual dos pais ou responsável”. (BITTENCOURT, 2009, p. 252).

Ainda que esta seja a condição para a retirada da criança ou adolescente da família de origem, Gueiros e Oliveira (2005) apontam que a retirada da criança ou adolescente do vínculo familiar, por um período de tempo, pode representar um problema, já que se pressupõe mudanças nos padrões e formas de relacionamentos concretos, vividos em contextos específicos, ou determinados locais de convívio social, podendo gerar na criança/adolescente um sentimento de abandono por parte da família de origem, bem como pode gerar uma não integração a própria família substituta.

Cabe ressaltar que a colocação em família substituta, está regulamentada pelo ECA, e atualmente possui uma nova configuração dada pela Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, a qual dispõe sobre a adoção e vários outros procedimentos relativos a criança e ao adolescente.

Observa-se, que apesar haver várias experiências de colocação familiar, não há um consenso sobre esta medida compreendida como proteção integral, no entanto, torna-se necessário a sua discussão e problematização, para além dos limites deste trabalho.

No que tange aos demais temas abrangidos pelos outros autores, a saber: Freitas (2011), Faleiros (2004), Ferreira (2008) e Rosa (2001), sobressaem algumas reflexões sobre o ato infracional, em relação ao sistema de medidas sócio-educativas, e a questão da ininputabilidade penal, alvo de grande discussão no cenário atual.

Ato infracional, segundo preceitua o artigo 103 do ECA, consiste na “conduta descrita como crime ou contravenção penal”, cometida por criança ou adolescente, observando que a criança que cometer algum tipo de ato infracional lhe serão aplicadas apenas as medidas constantes no artigo 101, a saber, as medidas de proteção.

A perspectiva abordada por Freitas (2011), ao abordar a questão do adolescente autor de ato infracional, assume uma leitura a partir de uma compreensão da garantia dos direitos, entendida enquanto proteção integral, contrariamente ao que historicamente se configurava a ação profissional, antes do Movimento da Reconceituação, tratando-o enquanto situação de irregular, onde, as ações desenvolvidas para o adolescentes eram apenas trabalhadas na perspectiva correcional.

Cumprir destacar, que conforme vai diz Ferreira (2008), parafraseando Volpi (1997), tanto o adolescente como a criança são alvos de constantes violações de direitos, porém, ao se tratar de criança, há uma mobilização pública por ser esta mais frágil, já, quando se trata de adolescentes, não há uma sensibilização tão grande em tentar combater a violação de direitos cometida contra estes.

Os adolescentes em conflito com a lei, embora sejam componentes do mesmo quadro supracitado, não encontram eco para a defesa dos seus direitos pois, pela condição de terem praticado algum ato infracional, são desqualificados enquanto adolescentes. A segurança é entendida como a fórmula mágica de “proteger a sociedade (entenda-se, as pessoas e o seu patrimônio) da violência produzida por desajustados sociais que precisam ser afastados do convívio social, recuperados e reincluídos.” É difícil, para o senso comum, juntar a ideia de segurança e cidadania. Reconhecer no agressor um cidadão parece ser um exercício difícil e, para alguns, inapropriado. (VOLPI, 1997, p. 9).

A questão da criança e do adolescente, ainda é vista numa perspectiva do senso comum, onde, principalmente o adolescente, é concebido numa condição de inferioridade, rebaixamento,

quanto mais, àqueles que cometeram algum tipo de ato infracional. A criança e/ou o adolescente, ao cometerem algum delito, “[...] aos olhos da sociedade tornam-se “bandidos” e lhes retiram a característica fundamental de ser humano em processo de desenvolvimento. (ROSA, 2001, p. 185).

Além disso, e não menos importante, há uma questão que está engendrada na discussão da criança e do adolescente autores de ato infracional, que diz respeito à violência.

A criança e o adolescente estão cercados pela violência, sofrendo quando não nas ruas – abandonadas –, dentro de suas próprias casas – vítimas passivas de espancamentos –, num silêncio total, jogados à sorte de todo e qualquer abuso. Muitos negam aterrorizadamente, sua prática, com medo de sofrer algum tipo de represália por parte dos que os violentaram. A consequência imediata, entendida pelo agressor, é que ele está impune e pode continuar a sua tortura. (VERONESE, 2001, p. 30.)

Nesse sentido, falar sobre a criança ou adolescente autores de ato infracional, necessita pensar em uma perspectiva de que estes estão em um processo de desenvolvimento e devem ter os seus direitos – estabelecidos no ECA – garantidos na prática profissional, incluindo-os na vida social, e não excluindo-os por meio da marginalização e estigmatização. (ROSA, 2001). Pressupõe compreender a sociedade como um todo, nas suas mais variadas relações.

Os estudiosos apontam quatro modalidades de violência contra criança e adolescente: a violência física, sexual e psicológica e negligência. Importante destacar, que alguns autores e o Ministério da Saúde consideram a negligência como uma subdivisão da violência física. Sendo consenso entre os que dedicam esforços no processo de estudo e atendimento destas vítimas, que a violência psicológica está intrínseca nas demais modalidades de violência.

A violência física é caracterizada por atos violentos com uso da força física, sendo esta de forma intencional, praticada tanto por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou do adolescente, com o objetivo de ferir, lesar ou matar a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo. A violência sexual é definida como todo jogo ou ato sexual, relação homo ou heterossexual, onde o agressor encontra-se em uma fase de desenvolvimento psicosssexual mais adiantando que a criança ou o adolescente vítima desse agressor. A violência psicológica é toda a forma de rejeição, discriminação, depreciação, desrespeito, punições humilhantes, ou ainda, se utilizar da criança ou adolescente como forma de atender às necessidades dos adultos. (BRASIL, 2002).

E, por último, a negligência, que num sentido amplo, refere-se ao não atendimento das necessidades básicas da criança ou adolescente, em vários tipos de gravidade, sejam elas pela ausência de cuidados à saúde, à alimentação, a falta de apoio à educação entre outros.

Estudos apontam que a maior parte das situações de violência, seja ela física, sexual, psicológica ou negligência cometida contra a criança e o adolescente, ocorrem no núcleo familiar, o que representa a violência doméstica, entendida como todo ato de abuso de poder exercido pelos pais ou responsáveis sobre estes sujeitos, ou ainda, representam a própria negligência, por meio do abandono ou omissão na prestação das necessidades básicas desses indivíduos. (MALDONADO, 1997).

Aqui a relação entre o adolescente autor de ato infracional e a violência é necessária, pois a violência não é um fato isolado. Pressupõe uma discussão que não vincula o ato violento apenas à aquele que o cometeu, mas sim, compreender as diversificadas tramas sociais que deram condições para a prática da violência.

Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas como formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. (CHAUÍ, 1998, p. 10).

Considerar o processo de constituição e configuração familiar, as relações de poder exercidas nesse meio, relacionando à violência entendida nas suas diversas significações, possibilitará a compreensão da realidade vivenciada pelos adolescentes e crianças autores de ato infracionais.

Arelado a isso, a inimputabilidade penal ganha um interesse nacional, na medida em que acredita-se que vários adolescentes que cometeram algum delito ficam impunes. A mídia, em geral, tem seguidamente enfatizado essa questão, trazendo a discussão do rebaixamento da inimputabilidade penal de 18 anos para 16 anos, como se isso fosse amenizar a violência na sociedade. Basta observarmos os artigos trabalhados sobre o sistema penitenciário, para termos a ideia de que a aplicação de uma pena privativa de liberdade a um adolescente de 16 ou 17 anos, não vai se aferir as reais condições concretas que perpassam a questão da violência. (FALEIROS, 2004).

Essa discussão dos adolescentes em conflito com a lei, numa relação onde são simultaneamente vitimizadores e vítimas; vitimizam ao cometerem crimes, sejam eles graves, ou em menores proporções, e ao mesmo tempo, são vítimas de uma realidade social, que historicamente geram as condições vulneráveis no desenvolvimento pessoal e social desse indivíduo, ou seja, que se encontram numa condição de violência, seja ela gerada no âmbito, familiar ou falta de acesso à educação, moradia, saúde entre outros. (GUERRA & ROMERA, 2010).

Não obstante, a própria estigmatização do adolescente vivenciada na sociedade, principalmente veiculada nos meios de comunicação, corroboram para uma marginalização desse sujeito.

Preconceitos reforçados particularmente pela mídia, que expressa de modo geral um posicionamento da sociedade, onde o adolescente é descaracterizado da sua condição de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e fica retido na condição “Menor” condenado, vagabundo, pivete, marginal, delinquente entre outros contribui para a dificuldade em empreender ações que reponham sua condição de adolescente para além dos atos infracionais e sedimenta a ação refratária da população fator da generalização a não possibilidade inclusão social, para isso cria-se “mitos”. (VOLPI, 2001, p. 15).

Além disso, a sensação da impunidade, não deve ser confundida com inimizabilidade. “A inimizabilidade - causa de exclusão da responsabilidade penal - não significa, absolutamente, irresponsabilidade pessoal ou social”. (SARAIVA, 2009, p. 1). A configuração da medida sócio-educativa não remete apenas a uma condição de punição ao infrator. Conforme preceitua o ECA, as medidas sócio-educativas não constituem somente um caráter sancionatório-punitivo, mas também uma finalidade pedagógico-educativa, compatíveis com a condição peculiar de desenvolvimento dos adolescentes infratores²². (SEGALIN & TRZCINSKI, 2006).

Somente a aplicação das medidas sócio-educativas aos adolescentes autores de ato infracional, não irão trazer mudanças imediatas nas condições em que elas são aplicadas, pois estão sob uma ótica conservadora de apenas punir adequadamente os crimes.

De fato, a universalização das políticas de educação, esporte, lazer, cultura, assistência social e de acesso rápido à justiça e a implementação de condições efetivas de funcionamento dos internamentos, de acordo com um projeto pedagógico e uma política sistemática de enfrentamento da violência e de segurança pública, são, na realidade, as

²² Observa-se apenas, conforme já dito na primeira seção deste trabalho, que as medidas sócio-educativas aplicam-se apenas aos adolescentes autores de ato infracional, enquanto que para as crianças que cometeram algum tipo de delito, lhes são aplicados somente as medidas de proteção previstas no referido Estatuto.

únicas capazes de se contrapor à onda repressiva contra adolescentes autores de ato infracional. (FALEIROS, 2004, p. 90).

O projeto ético-político do assistente, que lida com essa realidade da aplicação das medidas sócio-educativas, deve estar pautado nessa perspectiva, com o interesse em possibilitar a plena proteção integral, tanto à crianças, quantos aos adolescentes. Relacionar o debate acerca da violência praticada por adolescentes e crianças, inserida numa sociedade onde as condições de seu desenvolvimento, remontam à um espaço engendrado pela violência estrutural e violência doméstica, articulando ao debate do rebaixamento da idade penal, pressupõe conhecer com mais profundidade essa discussão, não reduzindo apenas à análise da correta aplicação das medidas sócio-educativas, ou simplesmente a problematização do rebaixamento da idade penal, como forma de garantir a punição aos infratores.

Perpassa por esse eixo temático, uma série de elementos importantes a serem refletidos no âmbito do conhecimento, e que embora não conclusiva a presente discussão, foi dado o primeiro passo para o aprofundamento teórico-crítico das temáticas envolvidas nesse item.

2.3.3. Violência e Gênero:

Neste tópico, serão abordados os artigos que tiveram uma produção teórica relacionada à questão da violência e gênero, os quais são:

QUADRO 10: ARTIGOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA E GÊNERO

Títulos dos Artigos	Nome dos Autores	Temas
Contravenção: crime e relação de gênero.	Candida Moreira Magalhães	Violência e Gênero
Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da Justiça.	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	Poder Judiciário, violência e gênero
O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social.	José Fernando Siqueira da Silva	Violência

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade n°s 67 e 89.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Os autores acima irão tratar da questão da violência, como eixo central da discussão, a partir de perspectivas diferentes sobre como essa problemática está presente no seio da sociedade, nos seus mais variados espaços. Silva (2007) aborda a questão violência presente no espaço urbano, como algo tão naturalizado, mas ao mesmo tempo reflete sobre o binômio entre segurança-insegurança, expondo uma reflexão acerca dos processos que envolvem a violência gerada no âmbito urbano.

Rocha (2001) problematiza a questão da violência doméstica contra a mulher, relacionando ao modo como o Estado, por meio do Poder Judiciário deve proteger o seio familiar, onde se concentra o maior espaço de violência causada contra a mulher, o idoso, a criança e o adolescente, porém, discutindo a violência como [...] componente do processo de normatização das condutas masculina e feminina e atuando como mecanismo regulador das relações sociais, no sentido de conservar as relações de gênero e de não colocar em risco a ordem social hegemônica. (ROCHA, 2001, p. 112-113).

Já Magalhães (2001) discute a questão da violência, não com base na violência doméstica contra a mulher, mas sim, problematiza o porquê e como a mulher passou de vítima à praticante de violência, seja esta contra o marido ou companheiro, contra o filho, ou ainda como traficante etc.

Nesse aspecto, cabe destacar a concepção de gênero:

Gênero, antes de tudo, é relação social. Gênero não se refere estritamente às questões das mulheres ou do sexo feminino, mas às relações sociais de poder e às representações sobre os papéis e comportamentos dos gêneros masculino e feminino na nossa sociedade. Conceitualmente, gênero diferencia-se de sexo. Sexo refere-se às características morfológicas e biológicas, a elementos da natureza que diferenciam machos e fêmeas em todas as espécies. Gênero refere-se aos padrões de comportamento e papéis sociais esperados de e por homens e mulheres em cada sociedade. Nesse sentido, sexo é inerente à natureza e não pode ser alterado na sua estrutura. Gênero é produto das relações sociais e pode mudar conforme mudem os costumes e a cultura de cada sociedade. (PEREIRA, 2005, p. 6).

Para Rocha (2001), a relação existente entre a questão do gênero e a violência, está justamente inserida nas contradições de classe, de gênero e de raça/etnia, onde a sociedade estrutura-se por essa dupla via de dominação e desigualdades, na qual a instituição familiar vai servir para a manutenção e reprodução da ordem social vigente, a qual representa uma relação de dominação/dominado.

Magalhães (2001), ao trazer a experiência de um trabalho realizado com detentas, junto ao Presídio Regional Feminino na Alça Sudoeste, localizada na Cidade de Campina Grande/PB, no ano de 1998, enfatiza que a relação existente entre a diretora do presídio com as presas é de autoritarismo, apontando que há estudos afirmando que determinadas mulheres, ao assumirem a chefia de alguma instituição, exercem as atividades incorporando princípios masculinos na forma de impor e de lidar com as demais pessoas, o que representa sempre uma relação de dominação/dominado, exploração e subordinação.

Além disso, a questão da violência não remete-se apenas ao entendimento das ações violentas. Deve ser compreendida na sua complexidade, historicidade, com suas múltiplas determinações, como um fenômeno que se produz e reproduz na ordem do capital. (SILVA, 2007). O mesmo autor destaca ainda, que a violência engendrada no espaço urbano, remete ao conceito da violência estrutural, sendo esta formada por um conjunto de ações que se produzem e reproduzem no cotidiano, mas que geralmente não são consideradas, ações violentas. Pelo contrário, “aparecem travestidas por atitudes “éticas”, corretas e imprescindíveis para a “saúde social”. (SILVA, 2007, p. 136.). Essa violência estrutural se materializa na base econômica (infraestrutura), onde se organiza o modelo societário, e ao mesmo tempo, na esfera da sua sustentação ideológica (superestrutura).

A problemática da violência está inserida em cada uma das discussões anteriormente tratadas. Ela tanto permeia a esfera da criança e do adolescente, quanto ao campo do sistema prisional, ou ainda na sua relação com o gênero, ou seja, o assistente social que atua no âmbito do sóciojurídico deve ter a exata dimensão de que a questão da violência abrange as mais diversificadas relações sociais, sem que isso desconfigure a noção de violência enquanto ato de brutalidade.

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. [...] A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. (CHAUÍ, 1999, p. 3).

“A violência é a negação do outro, do outro enquanto sujeito de direitos, sujeito de palavra, sujeito de respeito, sujeito de consideração”. (FALEIROS, 2004, p. 81). Ou seja, a questão da violência não se reduz a um conceito puro, simples, estático. Ela deve ser apreendida na sua

historicidade, relacionando-a às esferas sociais, políticas, econômicas, culturais, étnicas e de gênero. Por isso, torna-se um grande desafio para os assistentes sociais, que lidam direta ou indiretamente com a violência seja no âmbito sóciojurídico ou nos demais espaços sócio-ocupacionais.

Cada eixo tratado separadamente, não fragmenta a análise e a discussão de cada temática, pois estão todos inter-relacionados, sendo apenas realizada uma breve reflexão acerca dos mesmos a fim de identificar e categorizar os principais temas abordados na produção teórica realizada na Revista Serviço Social e Sociedade.

2.3.4. Exercício Profissional do Assistente Social

Nesse tópico, serão abrangidos dois artigos de extrema relevância para o campo sóciojurídico, a saber:

QUADRO 11: ARTIGOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Títulos dos Artigos	Nome dos Autores	Temas
Perícia Social: proposta de um percurso operativo.	Regina Célia Tamaso Miotto	Perícia Social
Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares.	Silvia Helena Chuairi	Assistência Jurídica

Fonte: Revistas Serviço Social e Sociedade nº 67.

Elaboração: Filipe Wingeter Rodrigues – Florianópolis, outubro de 2011.

Ambos os artigos trazem uma importante discussão acerca do exercício profissional do Serviço Social no campo sociojurídico, onde Chuairi (2001) traz uma reflexão entre o Serviço Social e a assistência jurídica, de como esta profissão tem se inserido no âmbito jurídico, pela sua intervenção qualificada e na garantia do acesso à Justiça, e a autora Miotto (2001) aborda a questão de um instrumento técnico-operativo indispensável para o exercício profissional dos assistentes sociais que atuam tanto no Judiciário quanto no Ministério Público, que é a Perícia Social.

Chuaiiri (2001) discute alguns elementos importantes para a reflexão acerca do Serviço Social no âmbito da Justiça, já contemplados na primeira seção do presente trabalho, a qual salienta que o Serviço Social tem sido requisitado a atuar como uma profissão que além de exercer suas atribuições específicas, tem contribuído na elaboração de programas, projetos e pesquisas, que subsidiam a ação interventiva de outros profissionais no âmbito da justiça, além de prestar assessoria e consultoria às demais profissões que atuam nesse espaço, em conformidade com a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, a qual regulamenta a Profissão do Serviço Social, e traz em seus artigos 4º e 5º, as seguintes competências e atribuições respectivamente:

Artigo 4º [...] VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta; Artigo 5º [...] I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social. (BRASIL, 1993, p. 1).

Como pôde ser observado na primeira seção do presente trabalho, o Serviço Social tem um amplo campo de atuação, refletindo um caráter profissional voltado à operacionalização de direitos, da compreensão dos problemas enfrentados pelos sujeitos na sua vida e suas inter-relações com o sistema de justiça, a qual permite uma reflexividade ao assistente social, por meio da análise da realidade social dessa demanda, da plena efetividade das leis e dos direitos na sociedade, permitindo o desenvolvimento de ações que ampliam a extensão dos direitos humanos e a eficácia da ordem jurídica na sociedade brasileira. (CHUAIIRI, 2001).

Um dos instrumentos técnico-operativos indispensáveis para o exercício profissional no âmbito sóciojurídico é exatamente a perícia social. A perícia representa um exame de caráter técnico especializado sobre um determinado assunto. A perícia social significa o exame de uma determinada situação, aonde o assistente social, especialista nessa área, é chamado a emitir um parecer, o qual subsidiará alguma instância, seja no âmbito previdenciário, da saúde, da assistência, mas que ao longo dos anos caracterizou-se por sua utilização no campo sóciojurídico. (MIOTO, 2001).

Sendo assim, a perícia social é o processo pelo qual o assistente social, sendo este um especialista, realiza um exame de situações sociais, com o objetivo de emitir um parecer, que vai

subsidiar a ação judicial, por ser este instrumento um meio de prova, a qual foi fundamentada com um conhecimento técnico e específico. (FREITAS, 2005); e (MIOTO, 2001).

No âmbito judiciário, segundo Pizzol (2005), a perícia social implica em uma produção de prova. Porém, para a realização de uma perícia social, é necessário a elaboração de um estudo social. O estudo social é o instrumento que em conjunto com uma ação articulada de vários outros instrumentos, permite conhecer e analisar a situação de determinados sujeitos ou grupos de sujeitos, sobre a qual o assistente social foi chamado a opinar. (MIOTO, 2001).

O estudo social, segundo Fávero (2005, p. 42),

[...] é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais.

Pressupõe uma articulação e habilidade do assistente social em realizar entrevistas individuais ou grupais, efetuar a observação, a análise de documentos, a visita domiciliar, com vistas a conhecer a realidade na qual o sujeito está inserido, compreendendo as múltiplas determinações que lhe afetam ou são afetadas por ele.

Dessa forma, o estudo social consiste em ser o instrumento que permite a compreensão da realidade vivenciada pelo sujeito, visando dar subsídios concretos para a emissão de um parecer sobre determinada situação.

Portanto, os temas abordados nesses artigos são de extrema relevância para o âmbito profissional, os quais dão uma compreensão da amplitude e extensão do exercício da profissão no meio sóciojurídico, bem como trouxe a discussão da perícia social, como um instrumental que é tão utilizado nesse espaço sócio-ocupacional e necessita da exata compreensão de como deve ser realizado, numa perspectiva tanto da sua operacionalização, quanto do conhecimento teórico-metodológico que o fundamenta e o projeto ético-político que norteia a intervenção profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso investigativo desse trabalho, observou-se que o Serviço Social tem uma larga trajetória histórica no campo sóciojurídico, e apesar disso, há pouca produção bibliográfica relativa a esse espaço. Considerando que essa pesquisa abrangeu um período de vinte e um anos, na coleta dos dados obtidos, apenas vinte artigos foram escritos por assistentes sociais, pesquisadores ou pensadores do Serviço Social sobre essa temática, que embora sejam extremamente relevantes em suas análises, não contemplam todas as especificidades da profissão nesse meio, e nem acompanham todas as transformações realizadas nesse contexto.

Observa-se ainda, que grande parte dos artigos escritos na Revista Serviço Social e Sociedade, partem de uma relação direta com a experiência que estes profissionais tiveram no decurso do seu trajeto de formação, o que é muito importante para o Serviço Social, no entanto, somente há pouco tempo, surgiu a preocupação em se discutir o espaço sóciojurídico, tornando-se objeto de investigação do Serviço Social enquanto campo de conhecimento.

No centro dessa discussão, surge uma reflexão acerca do Serviço Social enquanto campo de pesquisa, pois se por um lado, se pressupõe que boa parte do material produzido sobre o campo sóciojurídico tem sido elaborado por profissionais que trabalham ou atuaram nesse espaço, por outro, cabe indagar o quê o Serviço Social, enquanto campo de pesquisa, no eixo da produção de conhecimento, tem produzido teoricamente para contribuir com o enriquecimento teórico-metodológico e para o processo de formação desse profissional com base no seu projeto ético-político?

Por tal questão, acreditamos que os objetos de estudos do Serviço Social, necessariamente, partem de uma realidade concreta que é determinada socialmente, ou seja, estabelece as suas mediações numa sociedade que se produz e reproduz por meio de suas contradições inconciliáveis. Portanto, apontar uma referência teórico-metodológica que reconhece a realidade social como o ponto de partida das análises científicas e, conseqüentemente, da produção do conhecimento, aproxima-nos de respostas concretas diante da mundaneidade social. (LARA, 2007, p. 80).

Tal questionamento nos induz a objetivar a real apreensão da relação entre o fazer profissional e a produção de conhecimento, enquanto procedimento teórico-metodológico que vai qualificar a intervenção profissional, buscando-se uma articulação entre esses dois eixos a partir de uma construção dialética, pois “é na relação pesquisa e ação, profissional e pesquisa que se

adquire maturidade intelectual, que se desmistifica o aparente como realidade concreta, que reconhece na realidade a sua complexidade e riqueza ao se constituir como totalidade”. (SETUBAL, 2007, p. 69-70).

Isso implica pensar que:

a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem historicidade ao exercício profissional [...] carece de uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2008, p. 463).

Pesquisar a produção teórica dos profissionais que atuam no campo sóciojurídico, articulando à produção de conhecimento dos pesquisadores em Serviço Social relacionada a essa temática, fundada numa perspectiva crítico-dialética, torna-se relevante justamente para tentar mediar as particularidades existentes nesse espaço sócio-ocupacional, compreendendo-a a partir das suas múltiplas determinações do movimento real.

Por isso, o levantamento bibliográfico realizado nessa trajetória investigativa, entendendo o campo sóciojurídico enquanto um vasto e crescente espaço de atuação profissional, necessita da ampliação da produção de uma referência teórico-metodológica que seja capaz de dar respostas concretas a realidade social, na medida em que ela não gere apenas um conhecimento abstrato, mas sim, uma práxis transformadora.

Ademais, a proposta de categorizar os artigos a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, elucidaram várias reflexões importantes, que abrangem não somente a discussão dessas dimensões apenas nesse âmbito profissional, mas que perpassa pela profissão do Serviço Social em cada esfera interventiva, seja, na área da saúde, da assistência social, da previdência, ou seja, a análise desenvolvida sobre essas dimensões relacionando aos artigos objetos da presente pesquisa, transcende apenas esse espaço sócio-ocupacional, servindo como reflexão teórica acerca do exercício profissional do assistente social.

Já em relação à categorização dos artigos por eixos temáticos, estes demonstram uma diversidade de situações que estão presentes na nossa sociedade, resultados das várias expressões da questão social, objeto de nossa intervenção, mas ao mesmo tempo aponta para um projeto profissional, que esteja alicerçado numa consciência ético-política na relação com os usuários,

visando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Não obstante, todas as questões presentes na discussão deste trabalho, são desafiadoras na perspectiva em que cabe aos profissionais e pensadores do Serviço Social, contribuir para um arcabouço teórico que enriqueça o debate sobre o campo sóciojurídico, visando não somente um aprimoramento operacional, mas que resgate a dimensão investigativa e conceitual da profissão, enquanto campo de conhecimento, com o intuito de aprimorar a discussão teórico-metodológica desse âmbito, a partir de uma perspectiva da totalidade, compreendendo os sujeitos enquanto portadores de direitos, e que comumente procuram à Justiça, como forma de garantir a efetivação desses direitos.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. ALENCASTRO, Ecleria Huff de. Judicialização da questão social: rebatimento nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 9. nº 1 jan/jun. 2006. p. 19-26.

ALAPANIAN, Silvia. **Serviço Social e Poder Judiciário: Reflexões sobre o Direito e o Poder Judiciário**. São Paulo: Veras, 2008. v. 1. 157 p.

_____. **Serviço Social e Poder Judiciário: Reflexões sobre o Serviço Social no Poder Judiciário**. São Paulo: Veras, 2008. v. 2. 192 p.

_____. SACRAMENTO, Cibele Harnisch do. SANTOS, Amanda de Barros. O Serviço Social no sistema Sócio-Jurídico Paranaense. **Serviço Social em Revista**. v. 8, nº 2 – Jan/Jun 2006. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_silvia.htm. Acesso em 25 jun. 2011.

BARRETO, Vera Regina. **Avaliação do Processo de Trabalho do Serviço Social no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná**. Monografia apresentada para a obtenção de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão Social de Políticas, Programas e Projetos, da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná – PUC/PR. 2005. Disponível em: www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_vera.pdf. Acesso em: 17 set. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 09-232.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v.1. 760 p.

BITTENCOURT, Isabel Luzia Fuck. A guarda como medida de proteção. In: PIZZOL, Alcebir Dal; LIMA, Rosilene (Colaboração). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**. Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário. Vol. 1, n. 1. Florianópolis: TJ/SC, 2009. p. 249-256.

BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas

Constitucionais n.ºs. 1/92 a 64/2010, pelo Decreto n.º 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 544 p.

_____. Lei n.º 1060 de 5 de fevereiro de 1950. **Estabelece Normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109499/lei-de-assistencia-judiciaria-lei-1060-50>. Acesso em: 01 out. 2011.

_____. Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102391>. Acesso em: 24 set. 2011.

_____. Lei n.º 8.069, de 14 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

_____. Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.**

_____. Lei n.º 12.010, de 03 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera as Leis n.ºs. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 16 nov. 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais da saúde: um passo a mais na cidadania em saúde.** Brasília, 2002.

CAMARGO. Maria Soares. A prisão. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, n.º 33, p. 133-142. Ago. 1990.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis Periódicos.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 25 jun. 2011.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social; CRESS/MS - Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso do Sul. 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS. **Relatório Final**. Campo Grande, 2009. Relatório.

_____. Resolução nº 469 de 13 de maio de 2005. **Regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, introduzindo as alterações e modificações aprovadas pela Plenária Ampliada realizada em Brasília em março de 2005**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_469_05.pdf. Acesso em: 11 nov. 2011.

_____. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências**.

CHAUÍ, M. "Uma ideologia perversa". *Folha de S.Paulo*. São Paulo, Caderno Mais, p. 3. 14 mar. 1999.

_____. **Ética e violência**. Colóquio interlocuções com Marilena Chauí. São Paulo, 1998. (Mimeo).

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 124-144. Set. 2001.

COSTA, Flávia de Novaes. Mediação Familiar no Judiciário Catarinense: aspectos históricos e contemporâneos. In: PIZZOL, Alcebir Dal; LIMA, Rosilene (Colaboração). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**. Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário. Vol. 1, n. 1. Florianópolis: TJ/SC, 2009. p. 19-24.

ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA (EMAJ). **Ante-Projeto Serviço Social no EMAJ: Direitos Sociais e Acesso à Justiça**, Florianópolis, 2010.

_____. **Histórico da Instituição**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/historico.html>. Acesso em: 10/04/2011.

_____. **Missão Institucional**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/>. Acesso em: 10/04/2011.

_____. **Objetivos da Instituição.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Disponível em: <http://www.ccj.ufsc.br/emajn/objetivos.html>. Acesso em: 10/04/2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. Impunidade e inimputabilidade. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 77, p. 78-107. Mar. 2007.

FÁVERO, Eunice Teresinha. As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social. In: **Revista Em Foco: o Serviço Social e o Sistema Sociojurídico**, Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

_____. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos.** Cortez Editora/CFESS (org.), São Paulo, 2003.

_____. Serviço social, práticas judiciárias, poder: a trajetória do serviço social no Juizado de Menores de São Paulo de 1948 a 1958. **Cadernos NCA** n.2, 2ª ed. PUC-SP, novembro de 1996.

_____. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder:** implantação e implementação do serviço social no juizado de menores de São Paulo. Veras. São Paulo, 1999. [Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e Adolescente – NCA/PUCSP.

_____. O Estudo Social: fundamentação e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org.) **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. (orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados:** quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA, Simone. As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer? **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 93, p. 124-145. Mar. 2008.

FLORES, Joaquin Herrera. Los Derechos Humanos en el Contexto de la Globalización: Tres Precisiones Conceptuales. In: **Direitos humanos e globalização [recurso eletrônico]: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica** / org. David Sánchez Rúbio, Joaquín

Herrera Flores, Salo de Carvalho. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. Família de apoio: uma experiência inovadora. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 159-181, Set. 2001.

FREITAS, Tais Pereira. Serviço Social e Medidas Socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 105, p. 30-49, jan./mar. 2011.

FREITAS, Arlena Sarmento de. *A competência profissional do assistente social para realização do estudo social e perícia social*. Anais do IV Congresso de Assistência Social da Amazônia. Conselho Regional de Serviço Social do Pará – CRESS/PA. Belém: GTR, 2005.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: Mudanças e perspectivas. *Caderno de Pesquisa*, n.72, p.7-22, 1994.

GREGGIANIN, Cedile et al. Prestação de serviço à comunidade: existe um caminho? In: **Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos**. 1999/2000. Porto Alegre. Assembleia Legislativa do RS. 2000.

GUEIROS, Dalva Azevedo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. Direito à Convivência familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 81, p. 117-134. Mar. 2005.

GUERRA, Gisele Molina Sapia Almeida; ROMERA, Valdêres Maria. **Os adolescentes em conflito com a Lei: um círculo vicioso de vitimizadores e vitimizados**. ETIC. Vol. 6, nº 6, 2010. ETIC – Encontro de Iniciação Científica. Disponível em < <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2289/1882>> Acesso em: 16 nov. 2011.

GUERRA, Viviane N. A. A experiência com famílias substitutas em Kent. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 48, p. 115-123. Ago. 1995.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 38-52. Set. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de Carvalho. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo/Lima [Peru]: Cortez/Celatsm 1982.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e a formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete; et al. (Orgs.) **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

JUNCA, D. C. de M. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 52. Dez. 1996.

KOSMANN, Cilene. Serviço Social no Judiciário e a Questão do Acesso à Justiça. In: PIZZOL, Alcebir Dal; LIMA, Rosilene (Colaboração). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**. Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário. Vol. 1, n. 1. Florianópolis: TJ/SC, 2009. p. 311-316.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 10. nº. esp. 2007, p. 73-82.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2315/3245>. Acesso em 25/04/2011.

MAGALHÃES, Candida Moreira. Contravenção, crime e relação de gênero. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 93-111. Set. 2001.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz**: caminhos da prevenção da violência. São Paulo: Moderna. 1997.

MANFRINI, Daniele Beatriz; SEEMANN, Grasiela; RODRIGUES, Gizelly. **O Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina**: aspectos históricos, normativos e técnico-operativos. Ministério Público de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/13197>. Acesso em: 05 set. 2011.

MANOSSO, Radamés. **Elementos da Retórica**. Disponível em: <<http://www.radames.manosso.nom.br/retorica/legibilidade.htm>>. Acesso em 09 out. 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia e KOUMROYAN, Elza. **Um Novo Olhar para a Questão dos Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, 45, 1994. São Paulo: Cortez, p. 137-141.

MENEGHETTI, Gustavo. Juízo de Menores, Semanas de Estudos, Serviço Social: algumas notas explicativas. **Serviço Social em Revista**. v. 11, nº 2 – Jan/Jun 2009. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v11n2.htm>>. Acesso em: 01 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 2010. Disponível em: <<http://www.qir.com.br/?p=2906>>. Acesso em: 09 out. 2011.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento & tratamento**. Trad. De Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 145-158. Set. 2001.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. IN: SALES, A. P.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (Org.). **Política social, Família e Juventude**. São Paulo, Cortez, 2004.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. **Governador de SC recebe coordenadores do mutirão carcerário do CNJ.** Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15093:governador-de-sc-recebe-coordenadores-do-mutirao-carcerario-do-cnj>>. Acesso em: 02 out. 2011.

MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal. Prefeitura decide com a comunidade a construção do presídio na região nordeste. Redação: Marlene Bastos. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/jornalonline/junho/not_09_06_06_1389.htm. Acesso em: 18 set. 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Carmen Silveira et al. Direitos Sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 81, p. 102-116, Mar. 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de. SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e Ética:** Convite a uma nova práxis. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 09-232.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Conselhos Municipais, Políticas Públicas e Cidadania: um olhar de gênero para pensar a cidade. In: **Serviço Social e Questão de Gênero.** Caderno Especial nº 10. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial10.pdf>>. Acesso em 14/11/2011.

PEQUENO, Andreia. Serviço Social e o campo sócio-jurídico. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 11, n. 1, s/ p., jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/51%20Palestra%20Andrea_Pequeno.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2011.

PIZZOL, Alcebir Dal. **O serviço social na justiça comum brasileira:** aspectos identificadores – perfil e perspectivas profissionais. Insular. Florianópolis, 2008. 160p.

_____. **Estudo social ou perícia social?** – um estudo teórico-prático na justiça catarinense. Florianópolis: Insular, 2005.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Poder judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da Justiça. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 112-123. Set. 2001.

ROCHA, Marco Antonio. **Intervenção na Comemoração do Dia do Assistente Social**. Palestra apresentada aos Assistentes Sociais do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, Curitiba, SEJU, 2005.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 182-202. Set. 2001.

SANTA CATARINA. **Código de divisão e organização judiciárias do estado**: Resolução nº 1/75 de 22/12/75, publicada no diário da justiça de 30/12/75.

_____. Ministério Público de. Procuradoria Geral-Justiça. **Guia do Ministério Público de Santa Catarina**: um manual para a imprensa e a sociedade / elaborado pela Coordenadoria de Comunicação. – Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça, 2009. Disponível em http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao_id=382. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. Decreto nº 3.494, de 27 de junho de 1987. **Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina e dá outras providências**. Disponível em: cgj.tjsc.jus.br/execucaopenal/documentos/dl3494_89.pdf. Acesso em: 24 set. 2011.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é outra?** Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Lucinete. Adoção ou abrigos de tipo ideal? **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 63, p. 76-93. Jul. 2000.

SÃO PAULO, Estado de. Lei nº 2.059 de 31 de dezembro de 1924. **Dispõe sobre o processo de menores delinquentes**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei%20n.2.059,%20de%2031.12.1924.htm>. Acesso em 26 jun. 2011.

_____. Decreto nº 3.828, de 25 de março de 1925. **Regulamenta a Lei nº 2.059 de 31 de dezembro de 1924.** Disponível em http://ciespi.org.br/media/decreto_3828_mar_1925.pdf. Acesso em 26 jun. 2011.

SARAIWA, João Batista Costa. **A idade e as razões:** não ao rebaixamento da inimputabilidade penal. 2009. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/1650/a-idade-e-as-razoes>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas, em: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (orgs.) **Família – Redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez: Instituto de estudos especiais – PUC/SP, 2005, p. 21-36.

_____. Família e jovens: no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação.** Anped, nº 11, mai/ago. 1999, p. 99-109.

SEGALIN, Andreia; TRZCINSKI. Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 6, dez. 2006. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1038/817>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. In: **Revista Katálisis.** Florianópolis, v. 10. nº. esp. 2007, p. 64-72.

SILVA, José Fernando Siqueira da. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 89, p. 130-154. Mar. 2007.

SILVEIRA, Regina Lúcia Leal da. ALMEIDA, Sandra F. Conte de. A menor institucionalizada: aspectos da dupla opressão. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 36, p. 233-54. Ago. 1991.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez. São Paulo, nº 67, p. 53-75. Set. 2001.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em 25/04/2011.

STUMPF, Maria Inez Osório. Penas alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 72, p. 145-159, Nov. 2002.

TAKASHIMA, Geney M. K. O desafio do Serviço Social na construção da cidadania - criança, adolescente e família. In: **Revista Katálaysys**. Florianópolis, UFSC, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5574/4975>. Acesso em: 01 out. 2011.

TORRES, Andréa Almeida. Direitos Humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 67, p. 76-91. Set. 2001.

VALENTE, Janete Aparecida Giorgetti. Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez. São Paulo, nº 92, p. 174-186. Nov. 2007.

VERONESE, Josiane Rose Petry; QUANDT, Guilherme de Oliveira; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In: **Infância e Adolescência, o conflito com a Lei**: algumas discussões. VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (orgs.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VOLPI, Mário. (org.). **O Adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez. 1997.

_____. (org.) **Sem liberdade, sem direitos a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA COLETA DE DADOS:

<i>EDIÇÃO Nº</i>	<i>ÁREAS</i>	Ministério Público	Poder Judiciário	Sistema Penitenciário e Segurança Pública	Sistema de Aplicação de Medidas Sócio-Educativas	Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Jurídicas Gratuitas	<i>DIMENSÕES</i>	Teórico-metodológico	Ético-político	Técnico-operativo	TÍTULO DO ARTIGO E TEMAS
32											Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
33				X				X			A Prisão. (Maria Soares de Camargo). 1990. P. 132 a 142. Tema: Prisão.
34 a 47											Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
48					X					X	A experiência com famílias substitutas em Kent. (Louis

										Ruddlesden, traduzido por Viviane N.A. Guerra). 1995. P. 115-124. Tema: a criança em família substituta.
49 à 62										Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
63				X			X		X	Adoção ou Abrigos de tipo ideal? (Lucinete Santos). 2000. p. 76-93. Tema: Adoção/abrigo.
64 à 66										Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
67			X				X		X	Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte. Miriam Krenziger A. Guindani. 2001. P. 38-52. Tema: Sistema Penitenciário
67			X				X		X	O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. (Jailson Rocha Siqueira). 2001. P. 53-75. Tema: Sistema Penitenciário.
67			X					X		Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social. (Andréa Almeida Torres). 2001. P. 76-92. Tema: Sistema Penitenciário.
67			X				X			Contravenção: crime e relação de gênero. (Candida Moreira Magalhães). 2001. P. 93-111. Tema: Violência e Gênero.

67			X					X		Poder Judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da Justiça. (Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha). 2001. P. 112-123. Tema: Poder Judiciário, violência e gênero.
67						X		X	X	Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. (Sílvia Helena Chuairi). 2001. Tema: Assistência jurídica.
67		X	X						X	Perícia Social: proposta de um percurso operativo. (Regina Célia Tamasso Miotto). 2001. P. 145-158. Tema: Perícia Social
67					X				X	Família de Apoio: uma experiência inovadora. (Abigail Aparecida de Paiva Franco). 2001. P. 159-181. Tema: Colocação Familiar.
67					X				X	Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. (Elizabeth Terezinha Silva Rosa). 2001. P. 182-202. Tema: Ato infracional.
68 a 71		-								Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
72			X						X	Penas Alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social. (Maria Inez Osório Stumpf – p.145 – 160, ano: nov. 2002). Tema: Execução de

										Penas Alternativas.
73 a 76		-								Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
77					X			X		Impunidade ou inimizabilidade. (Vicente de Paula Faleiros). 2004. P. 78-107. Tema: Rebaixamento da idade penal.
78 à 80										Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
81				X				X		Direitos Sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade. (Carmen Silveira Oliveira, Maria Palma Wolff, Marta Conte e Ronaldo César Henn). 2005. P. 102-116. Tema: Penas Privativas de Liberdade.
81					X			X	X	Direito à convivência familiar. (Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia Silva Oliveira). 2005. P. 117 a 134. Tema: Convivência familiar como direito da criança e do adolescente/adoção.
82 a 88		-								Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
89				X				X		O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. (José Fernando Siqueira da Silva). 2007. P. 130-154. Tema: Violência.

90 e 91										Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
92				X			X			Uma reflexão sobre o acolhimento familiar no Brasil. (Janete Aparecida Giorgetti Valente). 2007.p. 175-186. Tema: Acolhimento familiar.
93				X			X			As pichações juvenis e o Serviço Social: o que temos a dizer? (Simone Ferreira). 2008.p. 124-145. Tema: criança e adolescente/ato infracional.
94 à 104										Não há artigos relacionados ao campo sóciojurídico.
105				X			X			Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. (Tais Pereira de Freitas). Jan-mar. 2011. Tema: Medidas Sócio-educativas.

ANEXO

ANEXO 01**OFÍCIO CIRCULAR CFESS N° 090/2011**

Brasília, 13 de maio de 2011

Aos

**Conselhos Regionais de Serviço Social
Seccionais de base estadual**

Assunto: GT Sociojurídico

Prezada/o Presidente e Coordenadora/or,

1. Ao cumprimentá-la/o cordialmente encaminhamos o Relatório Parcial do GT Sociojurídico
2. Informamos que tendo em vista a necessária recomposição do GT em fase final de Gestão , acarretando um acúmulo de atividades para seus participantes (participação simultânea em outros GTs e Comissões, encerramento de outras atividades em desenvolvimento para finalização da Gestão), não foi possível a finalização do Relatório anteriormente.
3. Os representantes do CFESS no GT Sociojurídico se comprometem, no entanto, com a conclusão da análise e elaboração do Relatório Final.

Atenciosamente,

MARIA BERNADETTE DE MORAES MEDEIROSCoordenadora GT Sociojurídico

SCS - Quadra 2 - Bloco C - Ed. Serra Dourada - Salas 312/318 - CEP- 70300-902 – Brasília/DF

Fone: (61) 3223-1652 / Fax: (61) 3223-2420

E-mail: cfess@cfess.org.br / cfess@persocom.com.br - Home Page: <http://www.cfess.org.br>

ANEXO 02 - A**ATO N. 187/2009/PGJ**

Define as atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Revoga o [Ato n. 303/2008/PGJ](#), de 24 de julho de 2008.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIX, alínea a, da [Lei Complementar Estadual n. 197](#), de 13 de julho de 2000, e

CONSIDERANDO as determinações contidas no art. 2º, parágrafo único, da [Resolução n. 6/2006](#), do Conselho Nacional do Ministério Público; e

CONSIDERANDO a necessidade de definir as atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão no âmbito Ministério Público Catarinense,

RESOLVE:

Art. 1º As atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério Público são definidas nos Anexos I e II do presente Ato, respectivamente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o [Ato n. 303/2008/PGJ](#).

Florianópolis, 16 de abril de 2009.

GERCINO GERSON GOMES NETO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO 02 – B

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – NÍVEIS 7F - 10J
GRUPO OCUPACIONAL: ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividade de nível superior, de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. realizar estudo social;
2. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso desses no atendimento e na defesa de seus direitos;
3. propor, elaborar e/ou participar de projetos que atendam a necessidade do indivíduo que procura os serviços prestados pela instituição;
4. planejar, executar e avaliar as pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais em consonância com os objetivos da instituição;
5. encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população considerando a função social da instituição;
6. buscar dinamizar os recursos do estado, por meio de parcerias com órgãos da administração direta e indireta;
7. buscar parcerias com entidades não governamentais no sentido de viabilizar o atendimento de crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais e idosos;
8. auxiliar os órgãos do Ministério Público com funções sociais, na supervisão das entidades de atendimento;
9. participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações pertinentes à instituição;
10. supervisionar, treinar e avaliar estagiários do curso de serviço social; e
11. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior de Serviço Social, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo Conselho Regional.

ANEXO 03

Seção de Progressão Funcional

Assistente Social

DENOMINAÇÃO DO GRUPO CODIGO
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR -ANS

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA
ASSISTENTE SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CATEGORIA

Atividades relacionadas com o auxílio, orientação, coordenação, mobilização, articulação, planejamento, cooperação, estudo social, perícia social, mediação familiar e demais atividades sócio-jurídicas pertinentes à profissão, com os servidores do Judiciário e os usuários da Justiça.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATRIBUIÇÕES DA CATEGORIA

1. Desenvolver trabalho técnico de perícia e estudos sociais como subsídio para emissão de relatórios, laudos, informações e pareceres sobre a matéria do Serviço Social, mediante determinação judicial.
2. Atender à demanda social nas questões sócio-jurídicas, por meio de trabalho de orientação, prevenção e encaminhamento, com a utilização dos instrumentais específicos do Serviço Social.
3. Gerenciar o Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA), além de orientar e acompanhar famílias a quem tenham sido entregues, judicialmente, crianças e/ou adolescentes.
4. Elaborar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar os programas específicos do setor do Serviço Social, dentro do contexto sóciojurídico, de acordo com as peculiaridades e necessidades da comarca.
5. Contribuir para o entrosamento do Judiciário com instituições que desenvolvam programas na área social, correlatos às questões sócio-jurídicas, prestando assessoria e apoio a projetos relacionados à família, infância e juventude, tais como: Grupos de Estudos e Apoio à Adoção; Instituições de Abrigo; Programas de Famílias Acolhedoras; Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Mediação Familiar e similares.
6. Contribuir para a organização de eventos, tutorar e proferir palestras, conferências sobre temas relacionados à ação tecnicocientífica do Serviço Social.
7. Atender às determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a legislação que regulamenta a profissão e o código de ética.
8. Cumprir as instruções baixadas pelo juiz da infância e da juventude, da família e da execução penal.
9. Encaminhar servidor ao atendimento de técnico competente, quando apresentar problemas de outra natureza.

10. Realizar visitas a locais de trabalho, domiciliares e instituições hospitalares, quando se fizer necessária a assistência ao servidor e sua família.
11. Fornecer subsídios aos demais técnicos, sempre que solicitado, para a elaboração de laudos periciais.
12. Promover debates com servidores sobre temas e dificuldades detectadas.
13. Executar outras atividades correlatas."

Copyright © 2008 Poder Judiciário de Santa Catarina. Todos os direitos reservados.